

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS DE
FRONTEIRA

DECASSÉGUIS, FRONTEIRAS E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS JAPONESAS NO
AMAPÁ.

MACAPÁ- AP

2025

JOSÉ WILLIAN DA SILVA FEITOSA

DECASSÉGUIS, FRONTEIRAS E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS JAPONESAS NO
AMAPÁ.

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade
Federal do Amapá, como requisito para obtenção do
título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Handerson Joseph

MACAPÁ- AP

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

F311d Feitosa, José Willian da Silva.

Decasséguis, fronteiras e dinâmicas migratórias japonesas no Amapá / José Willian da Silva Feitosa. - Macapá, 2025.

1 recurso eletrônico.

90 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, Coordenação do Programa de Pós-Graduação/Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira, Macapá, 2025.

Orientador: Handerson Joseph.

Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Migração. 2. Amazônia. 3. Japoneses. I. Joseph, Handerson, orientador. II. Universidade Federal do Amapá- UNIFAP. III. Título.

CDD 23. ed. – 304.809811

JOSÉ WILLIAN DA SILVA FEITOSA

DECASSÉGUIS, FRONTEIRAS E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS JAPONESAS NO
AMAPÁ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) como requisito final à obtenção do título de Mestre em Estudos de Fronteira.

Orientador: Prof. Dr. Handerson Joseph

Aprovado em: 29 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **HANDERSON JOSEPH**
Data: 30/09/2025 17:58:46-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Handerson Joseph
Presidente (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **CARMENTILLA DAS CHAGAS MARTINS**
Data: 30/09/2025 19:04:39-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr^a. Carmentilla das Chagas Martins
Membro Interno (PPGEF/UNIFAP)

Documento assinado digitalmente
 **HELION POVOA NETO**
Data: 06/10/2025 23:59:03-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Hélión Póvoa Neto
Membro Externo (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

MACAPÁ/AP
2025

AGRADECIMENTOS

Minha mãe nunca me pediu muito, mas sempre soube distinguir os caminhos que eram mais saudáveis para colocar cada um de seus filhos e os deixassem seguir com seus próprios passos, mesmo a estrada sendo tortuosa foram essas veredas que me colocaram no rumo certo, dizer essas palavras são difíceis, mas se faz necessário, aliás eu não estaria aqui compartilhando tudo isso com vocês, se não fossem pelas duas luzes que me trouxeram ao mundo, minha mãe Bernadete Aparecida Monteiro da Silva, que criou todos os filhos em meio a todas as adversidades e fez com que cada um de nós alcançasse a felicidade em meio a todas as provações que a vida nos colocou, ao meu pai Atvaldo Américo Feitosa, que transformou dificuldade e tristeza em felicidade cuidando de cada filho, para vocês este é um dos meus presentes, sempre amarei vocês.

Agradecer a minha esposa, Clarine Thays Barbosa da Silva, por ser minha inspiração e luz diante as mazelas que me afligiam, nunca foi fácil, mas como costumo dizer “se a vida só fosse feita de felicidade, seria somente uma utopia”, você foi sempre uma amiga e companheira, e poder contar com você em momentos como este é algo gratificante, pois essa consecução não seria possível sem seu parecer, e o melhor você faz parte disso, caminhar ao seu lado possibilitou mais essa conquista.

Agradecer a minha sogra, Annie Priscilla Martel Barbosa, pois como ela mesmo disse uma vez “a gente pode divergir de algumas coisas, mas a parceria continua”, obrigado por me acolher e considerar parte de sua confiança, confesso que sempre tive medo de dirigir e levar as crianças para escola, trabalho e demais atividades, mas em primeiro lugar tinha que honrar a confiança que você tinha depositado a minha responsabilidade ao cuidar dos seus filhos “mesmo eu achando que não havia juízo nenhum em deixar eu dirigir”, mas sou extremamente grato por ter me acolhido como um filho.

Agradecer a uma grande amiga e professora que foi minha orientadora na graduação, a Prof. Dra. Carmentilla das Chagas Martins, confesso que tenho um fascínio pelo entusiasmo e pela elegância que são as suas aulas, suas lições e seus conselhos sempre me ajudaram, hoje sigo a carreira como professore tenho imenso orgulho em dizer que você foi uma das minhas inspirações.

Agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Handerson Joseph, apesar de nunca termos nos conhecido pessoalmente, você se tornou uma pessoa que tenho um grande apreço e respeito, obrigado por acolher minha pesquisa e acreditar que “eu sou um bom pesquisador”, suas orientações me trouxeram um grande crescimento profissional, só tenho a agradecer pelo tempo

dedicado a somar com minha pesquisa e por acolher um orientando de tão distante, me sinto extremamente honrado por seus ensinamentos, muito obrigado!

Não poderia esquecer de agradecer a você, meu amigo, sei que se ainda estivesse aqui seria motivo de orgulho, e é isso, olha só, nossas conversas em meio ao trabalho renderam, até as broncas que eu levava, mesmo parecendo que eu não estava prestando atenção, sim, eu estava, você me dizia “estuda Feitosa, estuda que tua vida vai mudar!”, obrigado por não me deixar desistir da Universidade, espero conseguir honrar nossa amizade, apesar de tudo o aperto de mão era uma conduta de respeito e cavalheirismo que tínhamos um pelo outro. E faço novamente o fechamento deste agradecimento com as palavras: “Perdoai a todos que não citarei, mas dedico tal ato de coragem ao único amigo que acreditou e foi sincero, quando mais precisei, Helano Ataíde dos Santos”.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANIBRAP	Associação Nipo-Brasileira do Amapá
CCA	Colégio Comercial do Amapá
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IETA	Instituto de Educação do Amapá
IRASC	Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina
ICOME	Indústria de Comércio de Minérios
JAMIC	Empresa Japonesa de Imigração
KKKK	Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha
PPGEF	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira
TFAP	Território Federal do Amapá
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Semana do Japão no Amapá- 70 anos da migração japonesa.....	19
Figura 02: Oficina de Taiko.....	20
Figura 03: Oficina de Yukata com Rosa Kamada.....	20
Figura 04: O vapor Kasato-Maru atracado no Porto de Santos, Cais 14.....	32
Figura 05: Estatística emigratória japonesa- período (1868-1950)	35
Figura 06: Estatística emigratória japonesa para a América Central e do Sul - período (1899-1914)	35
Figura 07: Primeira página da lista de passageiros do Kasato Maru em sua viagem inaugural.....	37
Figura 08: Correio Paulistano, notícia a chegada dos Imigrantes nipônicos ao Brasil.....	44
Figura 09: Passaporte de um dos tripulantes do Kasato Maru.....	45
Figura 10: A colheita de café.....	47
Figura 11: Foto aérea do Posto Agropecuário da Fazendinha década de 1950.....	61
Figura 12: Praça Equinócio- Macapá-ÁP.....	82

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Tabloide do <i>Jornal Amapá</i> de 1953.....	65
Foto 02: Livro de Registro de Ocupação de Terras- 1953-1954.....	67
Foto 03: Página do Livro de Registro de Ocupação de Terras- 1953-1954.....	68
Foto 04: Barracão onde residiram as primeiras famílias japonesas da Colônia do Matapi- 1953.....	69
Foto 05: Derrubadas para a construção de casas, Colônia do Matapi- 1953.....	69
Foto 06: Moradia feita pelos japoneses- casa de palafita, Colônia do Matapi- 1954.....	73
Foto 07: crianças brincando, Colônia do Matapi- Década de 50.....	79
Foto 08: Monumento Marco zero- Macapá-AP.....	81
Foto 09: Associação Nipo-Brasileira recebendo a Praça Equinócio pela Prefeitura de Macapá.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Ciclo de períodos e Eras no Japão.....	31
--	----

LISTA DE MAPAS.

Mapa 01: Divisão do Japão por regiões e suas 47 prefeituras.....	37
Mapa 02- Territórios Federais criados em 1943	57
Mapa 03: Rota de navegação das Famílias entre Belém e Nova Mazagão.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Quantias pagas pelo Governo do Estado de SP à título de ajuda de viagem	46
Tabela 02: Regiões e províncias de origem dos imigrantes japoneses (1908-1962)	52
Tabela 03: Distribuição dos imigrantes japoneses da Região Norte (1964)	53
Tabela 04: Imigrantes e descendentes em outras colônias espontâneas da Região Norte (1981, 1983, 1988)	54
Tabela 05: População no Território do Amapá, segundo a situação do município, nos anos de 1950.....	58
Tabela 06: População no Território do Amapá, segundo a situação demográfica de 1950-IBGE.....	59
Tabela 07: Habitantes Evacuados de Mazagão em 11 de março de 1769.....	62
Tabela 08: Relação dos imigrantes do TFAP- Famílias de Matapi e Fazendinha - 1953 -1º Leva.....	66
Tabela 09: Relação dos imigrantes do TFAP- Famílias de Matapi e Fazendinha - 1954 - 2º Leva.....	70
Tabela 10: Relação dos imigrantes do TFAP- Famílias de Mazagão - 1957 - 3º Leva.....	76

NOTAS E CONVENÇÕES NO TEXTO

- 1)** Todas as fotos identificadas como “arquivo pessoal” são do autor do trabalho.
- 2)** As traduções das citações em línguas estrangeiras (inglês, japonês) são do autor do trabalho.
- 3)** Os nomes dos indivíduos entrevistados são fictícios. Utilizaram-se de códigos e nomenclaturas no intuito de preservar suas identidades e privacidades, mantendo-os no anonimato. Como Matapi M, Matapi F e Matapi C, sendo estes entrevistados durante o ano de 2023 conforme os Registro do acervo ANIBRAP.
- 4)** Os nomes apresentados das instituições e lugares nos quais foi realizada a pesquisa são todos verídicos.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo que contempla a realização de uma erudição sobre a identidade e o processo historiográfico das famílias japonesas que migraram na década de 1950 para o Território Federal do Amapá (TFAP), que compreende examinar a frente de ocupação na Amazônia Oriental, Partindo da trajetória de seu deslocamento por todo o Brasil, com foco nas famílias que foram destinada ao povoamento da Amazônia incluindo o extremo norte do país, como o Pará e os Territórios Federais, que buscavam de alguma forma a ocupação e manutenção dos espaços na Amazônia. Que buscou fazer a análise de entrevistas e a exploração de diversos documentos e trabalhos, para destacar uma reflexão mais analítica sobre as nuances do tema em questão. Contudo a ausência de documentações que exploram toda a periodização dos migrantes japoneses o TFAP, aponta um apagamento dessas populações e de sua importância na construção social e histórica do Amapá, dando a entender que as pesquisas que tratam sobre a migração japonesas na Amazônia refletem uma forma mais generalizadas sobre a permanências dessas populações nessas colônias de povoamento que se mantinha com características exploratórias para atender por muitas vezes os interesses nacionais e locais. Logo o referido levantamento histórico obtido através da coleta de dados de diversas fontes se fez essencial para auxiliar na produção junto com a ANIBRAP do “Memorial da Imigração Japonesa do Amapá”, que se tornará um museu construído no estado sobre tutela do município, como marco inaugural da migração japonesa para o Amapá, ajudando a somar sobre uma nova ótica e historicidade dentro das contribuições no âmbito da História e Ciências Sociais.

Palavras-Chave: imigração, Amazônia, japoneses, famílias; mobilidade, trabalho.

ABSTRACT

This work is a study that contemplates the realization of an erudition on the identity and the historiographical process of the Japanese families that migrated in the 1950s to the Federal Territory of Amapá (TFAP), which includes examining the occupation front in the Eastern Amazon, starting from the trajectory of their displacement throughout Brazil, with a focus on the families that were destined to populate the Amazon, including the extreme north of the country, such as Pará and the Federal Territories, who sought in some way the occupation and maintenance of the spaces in the Amazon. The study sought to analyze interviews and explore various documents and works to foster a more analytical reflection on the nuances of the topic at hand. However, the lack of documentation exploring the entire periodization of Japanese migrants (TFAP) points to an erasure of these populations and their importance in the social and historical construction of Amapá. This suggests that research on Japanese migration in the Amazon reflects a more generalized view of the permanence of these populations in these settlement colonies, often maintained with exploitative characteristics to serve national and local interests. Therefore, the aforementioned historical survey, obtained through the collection of data from various sources, proved essential in supporting the production, in conjunction with ANIBRAP, of the "Memorial of Japanese Immigration of Amapá," which will become a museum built in the state under the supervision of the municipality, as an inaugural landmark of Japanese migration to Amapá, contributing to a new perspective and historicity within the contributions of History and Social Sciences.

Keywords: immigration, Amazon, Japanese, families; mobility, work.

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	16
2.	Justificativa e objetivos.....	23
3.	Quem são os japoneses que vieram para o Brasil?.....	30
4.	O Brasil branco e vermelho.....	44
5.	O marco zero dos japoneses no Amapá.....	57
6.	Produto de Aplicabilidade- Memorial da Imigração Japonesa do Amapá.....	81
7.	Considerações Finais.....	85
8.	Bibliografia.....	88

Introdução.

No que diz respeito à formulação do objeto desta pesquisa, é de suma importância saber quem são os migrantes japoneses que chegaram à Amazônia oriental e como se consolidou essa dinâmica migratória que compreende diversos estados brasileiros. Partindo da trajetória de seu deslocamento por todo o Brasil, levando em conta os interesses de ambos os países: de um lado o Brasil com a demanda de mão-de-obra para execução das atividades nas fazendas de café, principalmente São Paulo, Mato Grosso do Sul na estrada de ferro e posteriormente com o cultivo de hortaliças, e no norte do Paraná com o algodão proveniente do bicho-da-seda, enquanto anos mais tarde na década de 20 grande parte foi destinada ao povoamento da Amazônia incluindo o extremo norte do país, como o Pará e os Territórios Federais.

Já, por outro lado, tínhamos o Japão que necessitava de algum modo lidar com a tensão social no país, causada por seu alto índice demográfico, tendo de expandir seu contato com exterior direcionando o início da dinâmica migratória que daria destino a diversas famílias japonesas ao exterior, que buscavam levar a imagem do Japão como um país diplomático de boas relações introduzindo sua expansão comercial e econômica com os demais países. Com isso, além de toda essa dimensão, como as abordagens do marco inaugural da migração no Brasil, considerando o modo de vida que esses migrantes foram inseridos dentro das atividades do campo e da colheita em diversos momentos da primeira metade do século XX.

Mas o que será foco nessa pesquisa é entender que apesar do Território Federal do Amapá, ter sua composição formada por diversas pessoas que migraram de outros estados do Brasil em diversos momentos da história, desde sua fundação até mesmo sua formação inicial que se dá em 1758, a partir da criação da Vila de São José de Macapá, por ordem do governador do Grão-Pará, que se chamava Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e o outro momento que foi a fundação da vila de Nova Mazagão em 1770, que trazia para região famílias do Marrocos para adentrarem a Amazônia e fixarem povoamento. Existe o campo no qual se realizará essa investigação, que por muito tempo dentro da historiografia amapaense permanecem invisibilizados, definido pelo marco inaugural da migração japonesa para o Amapá datado de setembro de 1953. Todavia, apesar de existir inúmeros contextos que tratem da migração japonesa para o Brasil ou para a Amazônia, nenhuma buscou perscrutar a historicidade dessas famílias e suas conflagrações para sobreviverem em meio as adversidades apresentadas pelo tempo residido no período do extinto Território Federal do Amapá e as colônias as quais foram deixados para alicerçarem povoação.

Lembro que quando ingressei na Universidade Federal do Amapá-UNIFAP no curso de Bacharelado em História, minhas percepções em torno do tema em questão eram nulas, visto que minha intenção era explorar os caminhos que poderiam me ajudar a reconstruir o legado da minha família, tanto do viés da minha mãe Bernadete Aparecida M. Silva, quanto do meu pai Atvaldo Américo Feitosa, que por parte paterna, existia meu avô, “Quintino Gonçalves Feitosa” o mesmo serviu o exército brasileiro, na década de 1940, e estava incumbido com a missão de defender a Base Aérea do Amapá, e como o mesmo dizia “enquanto vida tiver... irei cumprir com meu dever...”, e foi assim que por anos, após o fim da segunda guerra ele serviu para com seu dever e defendeu a base aérea, enquanto seus demais colegas debandaram da missão, porém ele se manteve ativo, operante e de prontidão, e como recompensa dos anos de serviços prestados recebeu sua aposentadoria ou como o mesmo dizia “o seu seguro em vida...”, e partes das terras da região onde era responsável pelo cumprimento de seu dever com o país.

Enquanto pelo lado materno existia meu outro avô que serviu na extinta Guarda territorial, “Pedro da Silva Santos” este por sua vez teve a oportunidade de explorar sua jornada profissional e seus feitos como fundador da banda de música da Polícia Militar do Amapá, tendo um papel importante como personagem da história amapaense que resultou em um livro publicado pela UNIFAP, que reúne a memória e a história dos corajosos ex-guardas territoriais para com seu dever com o extinto Território Federal do Amapá.

Durante esse longo período de estudos e pesquisa pude perpassar por diversos órgãos e instituições, como Cartório Jucá, Diário Oficial do Estado do Amapá, Instituto de Terras do Amapá, Fortaleza de São José de Macapá e arquivo escolar do Colégio Amapaense, que enriqueceram meu conhecimento a respeito da identidade amapaense, que a todo momento traziam informações acerca da migração em contraste com a formação territorial do estado, e foi nesses espaços ao explorar documentos¹ que tratavam da situação fundiária da antiga região que pertenciam ao Pará que posteriormente se tornou um dos Territórios Federais, em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-lei n.º 5.812, no mandato do então presidente Getúlio Vargas, e que hoje é o estado do Amapá. Tomei como fonte documentos que apresentavam dados da situação agrária de terras em 1953, destinadas a migrantes japoneses para uso da agricultura na região do Mazagão, Santana e Colônia Agrícola do Matapi, pude também ter acesso a tabloides do Jornal o AMAPÁ da década de 1950, curioso era que durante toda minha formação

¹ Documentos do Instituto de Terras do Amapá, onde foram encontrados livros de registro de licença de ocupação, livros de registros de posse de terras do Ex Território Federal do Amapá, e os jornais que eram em formato de tabloides expedidos semanalmente pelo Diário Oficial de Macapá, ambos registrados durante a década de 1950 e 1960.

acadêmica jamais havia ouvido ou visto nas aulas de história discussões da migração japonesa e sua relevância.

Enquanto isso eu estava em período letivo para a produção do meu trabalho de conclusão de curso, no qual juntamente com minha companheira de pesquisa, estávamos produzindo nosso TCC que trata questões da saúde na Amazônia durante o ciclo da borracha na década de 20 a 40 do século XX, onde outra vez acabei esbarrando com mais documentações acerca da migração japonesa para a Amazônia. Documentos estes que tratavam justamente de apontamentos de seringais na região do Território Federal do Amapá, que foram destinados a diversas famílias que viviam na região, também apontavam dados referentes de lotes destinados à agricultura, e dentre essas diversas famílias estavam os japoneses e seus respectivos registros. Foi a partir desse segundo contato e impulsionado pela minha companheira que decidi estudar com profundidade a migração japonesa na Amazônia oriental, momento este que coincidiu com a publicação do Processo Seletivo para o Mestrado em Estudos de Fronteira, oportunidade esta que culminou com meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) no ano de 2023.

O meu pré-projeto visava à realização de um estudo da identidade e o processo historiográfico das famílias que migraram na década de 1950 para o Território Federal do Amapá (TFAP), no entanto, a proposta inicial era uma inquietação as lacunas supracitadas anteriormente, e que não falavam da migração oriental japonesa para o Amapá e com isso, senti a necessidade de analisar o objeto em questão com um maior cuidado e aprofundamento, por meio de uma reflexão que vinha desenvolvendo desde a minha graduação.

Após todo esse processo e meu contato com as primeiras disciplinas do mestrado, pude abrir os olhos para novas reflexões que trouxeram novas visões de como aludir minha pesquisa, tomando como exemplo as abordagens desenvolvidas nas aulas de metodologia científica, que propõe transformar meu trabalho em um produto que visa resultados significativos para a comunidade “isseis”: nome dado para os primeiros imigrantes japoneses que migraram para o Brasil ou conhecidos como primeira geração, “nipo descendentes”: que são pessoas de nacionalidade japonesa e brasileira, japoneses e “Nikkeis”: descendentes de japoneses nascidos fora do Japão, ou como Tomoo Handa mesmo diz em sua obra *O Imigrante Japonês*², “Os tempos são, agora, de nisseis e sanseis, que não são mais imigrantes: são brasileiros.” É importante ressaltar tais termos, pois para cada tipo de nomenclatura existe um perfil que define, os primeiros imigrantes, descendentes de imigrantes, filhos de brasileiros e japoneses, dentre

² HANDA, Tomoo. O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, T. A. QUEIROZ, EDITOR, LTDA, 1987.

outros. Partindo desse entendimento tive a oportunidade de participar de um evento realizado em março de 2023, que comemorava os “70 anos da migração japonesa para o Amapá”, que foi realizado no Museu Sacaca³, e teve suas atividades em dois dias, entre apresentações, oficinas e programação cultural em homenagem às famílias Nipo, que contavam com presença do consulado do Japão em Belém e representantes, como mostra a figura 01 abaixo do post da programação do evento.

Figura 01: Semana do Japão no Amapá- 70 anos da migração japonesa.



Fontes: página – rede social do consulado japonês do Pará, 2023.

O apesar da associação em outros momentos ter feito eventos em comemoração ao aniversário da migração para Amapá, esse evento ocorrido no ano de 2023, foi o primeiro que envolveu diversos setores do governo e órgãos de cultura e o próprio consulado do Japão do Pará, visto que antes acontecia de forma mais convencional e restrita entre os associados e familiares da Associação Nipo-Brasileira do Amapá- ANIBRAP - Macapá-AP, na eventualidade pude participar de algumas oficinas; como Oficinas de Mangá, Origami, Ikebana, Taiko e Oficina de Yukata ministrada por Rosa Kamada, conforme a figura 02 e 03.

³ O Museu Sacaca é uma instituição que possui atividades culturais e científicas com espaço para visitação museológica tanto como interno e externo, localizada na cidade de Macapá, capital do Amapá. Ver <http://www.museusacaca.ap.gov.br/>

Figura 02: Oficina de Taiko.



Fontes: Feitosa, J.W.S. Arquivo pessoal, 2023

Figura 03: Oficina de Yukata com Rosa Kamada.



Fontes: Feitosa, J.W.S. Arquivo pessoal, 2023

Com este primeiro encontro, foi possível extrair informações relevantes e uma aproximação maior com alguns contatos, como no caso o da Associação Nipo Amapaense, presidida até o momento deste evento pelo então Sr. Lucio Masuko, que em conversa pude explanar meus estudos e interesses, o mesmo, me pôs em contato com o Sr. Édi Prado, um renomado jornalista local com anos de experiência jornalística na TV amapaense, onde me foi

apresentado suas atividades em parceria com a Associação em produzir um material para o memorial japonês no Amapá, tal proposta que eu já vislumbrava e me propusera a fazer após os primeiros contatos no mestrado e que coincidentemente é a mesma finalidade que a Associação Nipo Amapaense, está se propondo a fazer. Em conversa com o Sr. Prado, foi possível trocar muitas informações, e o mesmo, foi bastante solícito em me ajudar com minha pesquisa, assim como eu me propus em ajudá-lo nessa empreitada, foi então que recebi de sua parte o convite em aberto para somar com a produção do memorial da migração japonesa para o Amapá.

Em dezembro de 2023, tive oportunidade de apresentar uma amostra da fase inicial da minha pesquisa em um evento da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, que mostra toda a trajetória desde a saída do Japão, aos portos de embarque, número de famílias, chegada ao Brasil e destinação dessas famílias por cidades e períodos. Dados de suma importância para o mapeamento tais famílias, que ao longo dos anos foram disseminados em todo o Brasil, que vai desde São Paulo em 1908, destinados às fazendas de café, até o Norte do país, como Pará, Amazonas e Acre na década de 1920, Amapá e Roraima na década de 1950, dados estes que irei explorar de forma mais aprofundada no decorrer dos capítulos.

Já no final de janeiro de 2024, fui convidado pela diretoria da ANIBRAP, a participar da Confraternização do Ano novo japonês, que contou com a presença da comunidade Nikkei do Amapá, familiares e amigos, onde estive neste segundo momento um contato mais próximo com a comunidade Nipo japonesa, desde a culinária, tradições e costumes, e sempre levando em consideração o grau de importância dessas famílias e sua permanência no estado que vem desde a década de 1950, onde foram trazidos para povoar os espaços mais distante do extinto TFAP e que mesmo hoje, ainda mantém suas raízes em nosso estado.

Por fim, este produto consiste na sua construção estrutural da seguinte forma. Introdução, justificativa e objetivos, seções, produto de aplicabilidade e considerações finais, alinhados de forma ordenada, respeitando suas abordagens em cada tópico e discussões no que tange todos os elementos da pesquisa. A introdução que fora apresentada reúne os principais elementos de todo o trabalho, incluindo a trajetória de pesquisa para construção do produto em questão, além das questões norteadoras que alinham a pesquisa para que se possa discutir o tópico subsequente que são a Justificativa e os objetivos, estes por sua vez foram traçados de forma linear obedecendo os cuidados metodológicos e condicionando a pesquisa para inserção de métodos capazes de serem aplicados na formação do “produto final” e seu sustento.

A seção I, intitulado: *Quem são os japoneses que vieram para o Brasil?*, trata da historicidade e das agruras enfrentadas pelos imigrantes desde as questões políticas como

questões financeiras até sua apartação em terras brasileiras, logo se fez importante descrever cada um destes processos, até mesmo questões como, eugenia racial que paralelamente era algo sofrido pelos migrantes japoneses.

Posteriormente, na seção II, denominado: *O Brasil branco e vermelho*, que consiste em tratar como foram consolidados os processos migratórios para o Brasil das famílias japonesas no século XX, desde o marco inaugural como sua distribuição em diversas regiões brasileiras, também são discutidas as questões relativas às dificuldades enfrentadas pelas famílias desde a necessidade de intérpretes para a realização de trabalhos inicialmente nas fazendas de café, assim como os endividamentos e a não adaptação em alguns casos do trabalho na lavoura, também é discutido o regresso de migrantes como redistribuição para outras regiões do país, até chegarmos na região norte do Brasil, que é elemento chave para a pesquisa em questão, este por sua vez tem suas narrativas trabalhadas na seção III.

A seção III: *O marco zero dos japoneses no Amapá*. Este capítulo, sendo um dos mais importantes da pesquisa, é tomado por descrições e exposições de documentos que remetem a formação das vilas e dos núcleos familiares dos migrantes japoneses, são apresentados diversos recortes compostos por artigos, jornais, tabloides, diários e ofícios, desde dados e documentos fornecidos pela ANIBRAP que apresenta diversos, depoimentos de familiares de migrantes que residem e residiram no estado no período da fixação das primeiras colônias no TFAP, apresentando as dinâmicas que se sucederam durante toda a década de 50, e pontuando posteriormente as condições de vida dessas famílias em meio aos espaços jamais imagináveis nos olhares dos filhos da terra do sol nascente.

Concluído os capítulos, segue com a apresentação do Produto de Aplicabilidade-*Memorial da Imigração Japonesa do Amapá*, neste ponto irei apresentar como ficou ajuizado juntamente com a equipe da ANIBRAP, a possível idealização do memorial dos migrantes japoneses do Amapá, que apesar de ser uma proposta inacabada pelos fatores que regem todo um processo político e institucional, o que lhe é apresentado nesse tópico, se faz emergir a partir da idealização dos interesses dos membros da ANIBRAP em conjunto com os levantamentos feitos e apontados desta pesquisa. E por fim, as considerações finais, onde relato os principais assuntos envolvidos para a produção do trabalho em questão, busco seguir pontuando a importância desse registro historiográfico para o enriquecimento da identidade local e da formação social de uma parte do estado amapaense, silenciado por muito tempo, nas entre linhas da história local.

Justificativa e objetivos.

A construção deste produto tem sua relação subsidiada com base em pesquisas e estudos de diversos projetos de pesquisa e artigos que trazem proposições acerca das coloniais criados no início do Território, e os povoamentos fixados nas décadas posteriores no Amapá, fato este que despertou bastante curiosidade devido ao grande vazio demográfico na tangente que envolve questões dos migrantes japoneses para o Amapá, e esse silenciamento deixava claro o seu papel com a nação, sejam para fins de interesses políticos e econômicos, ou que talvez fossem vistos como pequenos colonos aspirando o cumprimento dos objetivos com seu governo. Onde a infraestrutura da política de colonização deixou marcas e registros dentro desses Territórios, que tinham nomes, e por muitas vezes se estabeleciam de formas compulsórias nas fronteiras do desconhecido, para constituírem povoamento.

Para melhor compreender como se deu a organização social dessas famílias vindas para o Amapá, devemos entender suas estruturas, com base nos acontecimentos oriundos da época, estabelecendo um modelo de forma linear. Pois o que faz tais famílias seguirem tais decisões, para com seus pares, tem a ver com suas relações sociais. Embora a realidade acionada nesse momento nos condiciona a olhar pela perspectiva do migrar, para mostrar como as famílias seguindo demandas políticas saem de sua terra natal com destino a um novo mundo, que era cultural e totalmente o oposto daquilo que eles viviam e de onde vieram, movidos pelos conflitos da guerra ou miséria, e mesmo diante de tudo isso puderam se estabelecer fixando um novo marco inaugural nas regiões mais distantes do Brasil.

Talvez devêssemos pensar como seria a vinda dessas pessoas para o norte do país, tendo em vista as particularidades climáticas com sua fauna e flora, com populações de vivências adversas ao do imigrante japonês, isso mostra como, José de Souza Martins, determinava os condicionantes no que se refere a esse tipo de fronteira, a partir do trecho a seguir.

[...] o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas (MARTINS, 1996, p. 27).

Dito isto, seguimos para as questões de fronteiras e suas nuances que foram ocorrendo no extremo norte do Brasil, o caso do Amapá e sua estrutura de TFA, que despojava de sua formação populacional pela dinâmica da migração herdeiro do ciclo da borracha, sendo um exemplo a Colônia de Mazagão, onde iremos trabalhar com mais detalhes posteriormente, já, por outro lado, a Colônia Agrícola do Matapi, tinha sua produção baseada no extrativismo segundo dados historiográficos, contavam com famílias nativas da região de costumes e modos

de vida particulares que era a agricultura, e famílias de migrantes recém adentrados na região, com isso a frente de expansão vem de encontro às novas formas de existência econômica em um novo espaço onde diferentes famílias sejam elas ricas ou pobres de culturas diferentes iriam começar a coexistir realizando diversas atividades de exploração, agricultura, cultivo, manejo e dentre outros, vendo principalmente as ações que essas sociedades vão constituir para remodelar a sociedade aos moldes da característica como migrantes, assim como explana Saito:

[...] a migração internacional é um movimento que tem lugar fora da área de jurisdição do país emigratório e leva em considerações as atividades individuais dos emigrados, ao passo que a colonização decorre mais da exigência nacional, que atribui grande importância à criação, manutenção de colônias e outras atividades em benefício do Estado (SAITO, 1961, p. 10).

Como entendemos tais políticas e negociações entre as empresas fomentadoras da migração, foram usadas diversas ferramentas de pesquisa, para justificar determinantes sociais e político da época, a partir de (correspondências, revistas, jornais, diários oficiais e dentre outros) que foram de suma importância para responder diversas lacunas deixadas no cenário das anomalias e do fenômeno migratório para o qual se deram essas famílias de japoneses para as Colônia Agrícolas no Amapá. Diante de toda essa discussão, é possível perceber que há uma necessidade de se estudar essa transitoriedade das famílias japonesas dentro desse espaço fronteiriço no Amapá, em especial a que vem sendo supracitado, a Colônia Agrícola do Matapi.

Como estimado, o estudo atual do trabalho contempla à realização de uma erudição da identidade e o processo historiográfico das famílias japonesas que migraram na década de 1950 para o Território Federal do Amapá (TFAP), logo por sua vez a partir desse objetivo geral, foi possível investigar a organização social das famílias oriundas da migração japonesas no Amapá, aproximando dados de diversas obras, como Reiko Muto (2010), que traz diversos dados da formação das colônias japonesas tanto do Amapá quanto do Pará, enquanto os antigos tabloides do “Jornal Amapá”, continham algumas reportagens da data de chegada das primeiras leva migratórias ao TFAP.

Conforme o primeiro objetivo específico, que compreende examinar a frente de ocupação na Amazônia Oriental⁴, também se fez necessário analisar o processo migratório das famílias japonesas no Amapá; que ocorreu entre a década de 1940 e 50, e pôr fim a partir daí propor a criação de um memorial da frente de ocupação japonesa no Amapá.

⁴ Amazônia Oriental" para a migração japonesa se refere especificamente à região da amazônica oriental do Brasil, contudo o foco nesse eixo para a referida pesquisa, aponta o Amapá e Pará como ponto focal. Sendo que a Amazônia Oriental recebeu um significativo fluxo de imigrantes japoneses, no período de 1915 a 1953.

Inicialmente devemos compreender dentre as três (3) colônias japonesas fixadas no Amapá, a mais importante e que resistiu aos processos de formação e construção do estado, continua localizado na Colônia Agrícola do Matapi, que apesar de ser uma região logisticamente distante da capital, sua população tanto local como de migrantes resistiu ao longo do tempo às adversidades ali existentes e residem até hoje não somente na região do Matapi, mas em todo o estado do Amapá. Diante de diversos lugares do Brasil, a criação dessas colônias tinha um papel fundamental para a fixação de povoamento na região, fundadas no governo do presidente Getúlio Vargas, visavam a ocupação dos territórios por pequenas propriedades rurais voltadas para a produção agrícola com intuito de abastecer o mercado da região como veremos no trecho a seguir.

As Colônias Agrícolas Nacionais foram concebidas como conjuntos de pequenas propriedades (lotes) economicamente ativos e autossustentáveis. Parte significativa dos novos colonos cedo abandonou a área que lhe era destinada. Isto ocorreu porque, a despeito do que afirmavam muitos documentos, os espaços da região amazônica não eram vazios. Diversos migrantes foram absorvidos por atividades econômicas que os afastavam das colônias: usinas de açúcar, fazendas de gado, cidades, áreas de outras estratégias de sobrevivência [...] (Lobato, 2011, p. 117).

Partindo dessa prerrogativa, com ajuda da abordagem etnográfica busco observar os comportamentos, interações e significados no cotidiano e no social dos descendentes “Nikkei”, oriundos da migração japonesa para o estado, tal conduta mostra uma das formas de acionar o dispositivo para possíveis resultados ao se realizar uma ou diversas tarefas. Assim, foi possível abrir um leque de proposições acerca do objeto pouco estudado, isso quando está se referindo às questões que tratam do Amapá. Frente a isso, diversos autores tratam da migração japonesa para a Amazônia e sua importância dentro do extrativismo, ocupação e espaços sociais. Tais justificativas apontam que por muito tempo as questões referentes a Amazônia tiveram um grande boom, com pesquisas e descobertas historiográficas que expõem as relações migratórias para essa fronteira tão densa e imponente na primeira metade do século XX.

Para discutir tais questões, foi necessário analisar diligentemente, registros de títulos de documentos de terras e licenças de ocupação, observando suas características e leituras conforme o tempo e espaço que foram transcritos, também se fez necessária as leituras de diários e tabloides da década de 50, que apresentam algumas colunas referentes a migração. Ao tratarmos dessas fontes devemos considerar sua trajetória, pois para muitos um documento é apenas um pedaço de papel estático no tempo, mas para o pesquisador vai muito, além disso, logo o autor Pinsky (2009), o mesmo nos diz, que o documento pode ser visto por ambos como algo importante, porém, o mesmo pode gerar leituras opostas, com isso o referido autor explica

que tal subjetividade que em primeiro caso seria a edificação histórica da importância do documento, somado a segunda que se refere as possibilidades de interpretações que esse documento pode oferecer, que no meu caso é justamente conduzir a possibilidade da reconstrução da história dos migrantes japoneses dentro do Amapá.

Alguns autores relatam que as experiências das colônias do norte do Brasil apontam o Amapá como um espaço que não teve êxito por parte da frente nipônica, e nesse contexto que destaco o uso da abordagem feita por Pinsky (2009), que a mutualidade do documento tem muito a ver com o sentido que o presente confere aos sujeitos ou fatos, sendo assim podemos considerar que nem todo fato histórico é eterno, contudo existe o fato, que no tempo presente tem significado como fato histórico, então podemos concluir que para o documento se arremete a mesma lógica.

Subsequentemente após a realização de toda essa análise, foi necessário organizá-los em série, de forma que pude trabalhar os dados a partir da metodologia da História Serial, onde se estabelece uma construção da leitura da realidade social em função do problema em questão, conduzindo o objeto, ou melhor dizendo, direcionando a fonte para um determinado recorte temporal, que por sua vez passou por cruzamentos de dados, em função das questões levantadas para assim responder os fatos e perguntas da pesquisa José de Assunção Barros (2011).

Outro exemplo para se trabalhar a história serial, é que de todo caso não se deve somente ser avaliado sua serialização com as fontes, mas pode se avaliar os eventos que se repetem por determinados períodos assim destaca o autor Barros (2011), como é o caso do marco temporal da migração japonesa que se apresenta em anos diferentes em algumas regiões, fator este que não condizem com os dados oficiais, mas que lançam possibilidades de olhar essa dinâmica migratória para além das que são justificadas pelos documentos oficiais que as tratam nesse caso como colônias de povoamento migratório, marcos temporais dentre outros. Devo ressaltar que, diante de poucos registros existentes e da carência documental referente aos japoneses, no que tange às questões no Amapá, nos mostra que é indispensável ressaltar que por muito tempo na história se convencionou que somente eram considerados fontes os documentos escritos.

Contudo, através da história oral que surge em um conjunto de procedimentos, que requer em seu alicerce um projeto onde estejam inclusos os sujeitos ou grupos de pessoas a serem entrevistadas, para que assim se faça necessário estudar a memória e a história dos japoneses, já que se tem poucos registros. Para Meihy e Holanda (2015), a entrevista é a manifestação do registro, ou melhor dizendo da documentação oral, é o produto derivado da linguagem verbal como suporte para tal fim, esse registro documental da oralidade, quando salvo e apreendido por gravação e vai a partir daí se torna fonte oral, resumidamente a história

oral é composta por um conjunto de fontes orais as “entrevistas” como é enfatizado pelo acima supracitado.

Atualmente no Amapá existem poucos imigrantes da década de 1950, grande maioria hoje são descendentes desses primeiros pioneiros no estado, que constituíram famílias e permaneceram na capital, com a ajuda da associação ANIBRAP, todos os anos acontecem reuniões que visam promover a organização e a união dessas famílias e comemorações tradicionais, recentemente também podemos contar a cooperação do Consulado do Japão do estado do Pará, que dá suporte para a associação do Amapá.

Diante desse quadro factual dos residentes japoneses no estado, o projeto prevê: para além das análises das fontes documentais, coleta de dados e acessos a jornais e periódicos como havia citado anteriormente, onde se utilizará das entrevistas que fazem parte do acervo documental, feitas com membros da associação nippon amapaense, as gravações seguiram em locais específicos, observando fatores ambientais e tempo de duração de cada entrevista; além disso, para um bom resultado dos dados coletados, após o acesso desses dados tanto pela parte da equipe que fez as entrevistas para a produção de um futuro material da associação, quanto da minha questão como pesquisador, se exigiu um refinamento das entrevistas gravadas, como a conferência do material escrito; autorização para o uso, visto que todos os depoentes envolvidos fazem parte da ANIBRAP, e estavam cômnicos do uso das entrevistas, arquivamento e apresentação dos resultados tanto para a comunidade que gerou as entrevistas quanto para a sociedade que vai agregar valor produtivo no estudo consolidado, seguindo conforme é apresentado por Meihy e Holanda (2015) do uso das fontes orais.

A despeito de existirem inúmeros trabalhos que trata da migração japonesa para diversos estados no país, nenhum traz preocupação em explorar como se deu a construção da identidade e memória dos migrantes da terra do sol nascente no extremo norte do Brasil, mas o que foi possível analisar de antemão é que, a partir de 1953, as políticas de ocupação do espaço voltados para a região norte, impulsionou a vinda de migrantes para as colônias dos estados do Amazonas, Pará e pequena parte para os extintos Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e Acre. Diante disso a busca por fixação de pessoas nessas fronteiras, trouxe questões pertinentes, no caso da Colônia Agrícola do Matapi, Mazagão e Fazendinha que era localizado do Antigo Território Federal do Amapá, as diferentes tentativas de colonização desse espaço, busca mostrar como ocorreu o processo de anexação, adaptação e integração dos migrantes nessas colônias agrícolas que tiveram o enredo diferente no cenário das imigrações da Região Norte.

A imigração japonesa no Território Federal do Amapá faz parte do contexto das migrações dirigida de pós-guerra, quando muitas famílias foram destinadas para várias colônias dos estados do Pará, Amazonas e nos recém-criados Territórios Federais do Amapá, Guaporé (Rondônia), Acre e Rio Branco (Roraima). O território do Amapá recebeu somente três levas de imigrantes japoneses, no total de 350 pessoas, entre adultos e crianças, agrupadas em 57 famílias. Em 1953, chegou a primeira leva de 177 pessoas, em 29 famílias, destinadas às colônias de Matapi e Fazendinha. No ano seguinte, em 1954, chegaram mais 123 japoneses, componentes de 21 famílias distribuídas entre as duas colônias citadas. A terceira e última leva de 1957, era de 43 pessoas, composta de apenas 7 famílias, que foram encaminhadas para a colônia do Mazagão Novo, destinada à plantação de seringueira, cacau e arroz, consoante as diretrizes do governo do Território Federal do Amapá. Portanto, a despeito de ser um pequeno contingente, foram alocados em 3 sítios distintos: Matapi, Fazendinha e Mazagão Novo. A relação desses imigrantes encontra-se no Apêndice H - Relação dos imigrantes do Amapá. (Muto, 2010, p. 244).

Em 1953, chegaram ao porto de Belém diversas famílias de migrantes japoneses, transferidos posteriormente para Macapá, onde, ao chegarem, se deslocaram para as seguintes colônias: Matapi e Fazendinha, em meados de setembro do mesmo ano. Contudo, alguns documentos, como títulos de ocupação de terras, mostram registros de migrantes japoneses, bem antes destes dados oficiais.

Assim, em 1930, quando estava iniciando a imigração em Tomé-Açu, o pesquisador Jyuichi Ikujima da Nantaku visitou as terras do Amapá (que ainda fazia parte do estado do Pará) para sondar as potencialidades da localidade, que resultou na concessão de 100 mil hectares de terras pelo Governo do Estado do Pará em nome de Hachiro Fukuhara da Kanebo. Entretanto, como não houve prosseguimento das ações para ocupação da área, a concessão foi cancelada no clamor da Segunda Guerra Mundial. Por conta da intenção frustrada, provavelmente, o primeiro lavrador japonês a se fixar no Território Federal do Amapá [...]. (Muto, 2010, p. 244).

Dados esses que mostram, mesmo havendo um primeiro contato com essa região sem sucesso pelos movimentos dos conflitos econômicos mediante a guerra, como explicar esse espaço de 23 anos de ausência japonesa nas terras do Amapá, e como de fato existem documentos que mostram famílias japonesas residindo nessas terras, em especial como é assim supracitado nos documentos de licença de ocupação da Colônia do Matapi, a partir de 1946, deixando evidente que a preocupação com esse espaço e suas áreas devolutas tinham uma grande importância dentro das questões de ocupação fronteiriça, e que talvez esses sujeitos migrantes oriundos de uma política territorialista de ocupação, constituíram relações sociais de permanência na região.

A defesa nacional e a ocupação territorial de regiões longínquas e abandonadas como justificativas para criação dos Territórios Federais, teve no Amapá o seu mais forte fundamento. A questão da fronteira na região sempre se mostrou como um sério problema para o Estado brasileiro. Como sua área

fronteiriça faz limites com a Guiana Francesa, desde seu descobrimento pelos portugueses, esta região sempre foi alvo permanente da cobiça de estrangeiros. (...) a imagem que se tinha do Norte no Centro político do Brasil foi determinante para a criação do Território amapaense, em 1943, como momento de construção/consolidação do Estado-Nação, através da integração e nacionalização dessa região ao resto do país. (Silva, 2011, p. 96).

Os primeiros movimentos nos intentos que sucederam à criação do Território Federal do Amapá na década de 1920, se deram pela necessidade de uma política de colonização em defesa da fronteira, visto a grosso modo, que não tinha tanta rentabilidade, contudo viabilizava interesse de brasileiros pela ocupação da região, mesmo que fosse de forma desordenada, pensando nas zonas de fronteiras entre Guiana Francesa e Brasil, como *Clevelândia do Norte*⁵, em 1922 Santos (2006). Logo duas décadas depois, a preocupação que era iminente ganharia novas formas e moldes dentro dos Territórios Federais. Conforme dito em seções anteriores essas extensões que se fixaram como territórios eram provenientes espaços de encontro e desencontros como uma fronteira, mas sem delimitações físicas, independentemente de conflitos ou percepções, onde o único sentido dado para os sujeitos que se encontravam nessas margens era de visões de mundo em particular, era como se nesses espaços a temporalidade histórica não existisse, pois a fronteira só deixaria de ser uma questão quando já não houvessem mais conflitos, Martins (1996).

⁵ Situada na região do Oiapoque, no estado do Amapá, sobre a ocupação populacional que lá residiu entre 1920 e 1927, período de funcionamento do Núcleo Colonial Cleveland, primeiro como uma colônia agrícola e posteriormente, como colônia penal. Atualmente Clevelândia do Norte é um distrito do município brasileiro de Oiapoque, no interior do estado do Amapá.

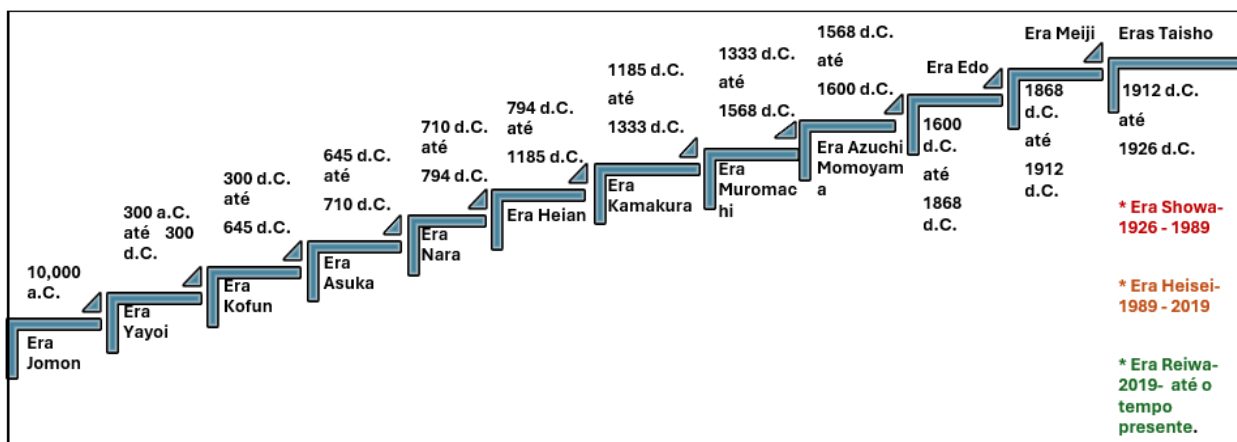
Quem são os japoneses que vieram para o Brasil?

A força migratória que se deu no final do século XIX, onde o Japão estendia suas relações diplomáticas para além de suas fronteiras, sempre se fez compreendida por uma população adventos do campo, mas, na verdade, muitos desses migrantes e famílias nem sequer sabiam realizar atividades agrícolas, grande parte dessas pessoas eram comerciantes, pescadores, artesãos, até mesmo exerciam trabalhos com tecelagem e produção de seda. Apesar de suma parte não residirem em áreas metropolitanas, sempre houve inúmeras famílias que eram alinhadas com atividades adversas, e no caso do Brasil, foi idealizado a imagem que se seguiu por muitos anos que todos os japoneses eram especialistas na agricultura que toda atividade voltada para o migrante japonês o definia como agricultor preso a terra que era conhecedor do manejo e do cultivo.

Neste item, se faz necessário entender todos esses apontamentos, explorando quem eram estes migrantes, como se deram seus traslados, desde suas inserções nas fazendas de café, até as dinâmicas que os levaram para diversas regiões das Américas. Para iniciarmos tal prerrogativa devemos assimilar que a cultura da nação japonesa antes do contato estrangeiro, entendia toda uma forma de vida e práticas que existiu por “eras”, ou melhor dizendo por “anos”, mas não são anos como contamos em nosso calendário grego romano, são anos que distinguem um sistema de governo ou governança da regência do Imperador e que talvez foram reordenados com esse novo movimento “do migrar”, e para interpretarmos este sistema de periodização do Japão atual, se faz necessário conhecer sua história, dessa forma devemos entender inicialmente como é dividida o calendário e a história japonesa denominados por períodos ou eras, no Japão, os anos são contados conforme o reinado vigente de um imperador. Esse sistema foi fundado no ano de 645 d.C. a partir da *Reforma Taika*⁶, onde foi estabelecido um sistema denominado de “Gengo” (Nome da Era Japonesa) ou “Nengo” (Nome do Ano), criado com intuito de registrar os anos que delimitam por sua vez, o início e o término do reinado de um imperador, logo as cronologias das Eras no Japão foram construíram da seguinte forma:

⁶ Durante o período Asuka (552–645 d.C.), o Japão passou por uma série de mudanças significativas em sua estrutura política, social e cultural. Um dos eventos mais notáveis deste período foi a Reforma Taika, que ocorreu em 645 d.C. que marca o fim da período Asuka, fazendo com que o Imperador Kotoku de início a reforma, que significou uma centralização do poder nas mãos do imperador e a criação de uma estrutura burocrática que unificou todo o território japonês.

Gráfico 01: Ciclo de períodos e Eras no Japão.



Fonte: Elaboração própria. Arquivo Nippo Brasil – Ed. 250 -2004.

Com a adoção do calendário gregoriano como uma forma de esmerar as relações comerciais e econômicas entre os países estrangeiros, o Japão durante a Era Meiji, que permaneceu entre os anos de 1868-1912, foi marcado por um período de transformações políticas, econômicas e sociais, pois o país vinha sofrendo com a degradação da zona rural empobrecida, devido à improdutividade de áreas que levava a carência e dificultava a subsistência da população rural, algumas décadas após o começo da expansão do comércio entre o Japão e outros países estrangeiros, ocorreu que essa abertura após séculos de fechamento estimulou a migração de ambos os lados tanto dos países estrangeiros para o Japão em busca de especiarias e relações diplomáticas e de comércios, assim como as relações do Japão com o comércio exterior em busca da industrialização e crescimento econômico.

Segundo apontamentos do “Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil”, no portal *NippoBrasil*, a primeira viagem do navio de migrantes japoneses ao Brasil, Kasato Maru, iniciou-se no porto de Kobe, localizada na província de Hyōgo no Japão, no dia 28 de abril de 1908, às 17h55, com 800 pessoas, os migrantes foram orientados a chegar com um dia de antecedência, e posteriormente se dividiram em hospedarias para que na manhã do dia da partida seguissem a pé até Meriken Hatoba, região próxima ao porto de Kobe, onde pegaram uma barça que os levará até o navio Kasato Maru.

Normalmente, a função da barça é para escoamento de grandes volumes de caixotes e não no transporte de pessoas. Mas o planejamento era que os passageiros fossem levados em balsas até alto-mar para o aporte no navio, mas no caso dos passageiros do navio Kasato Maru, que veio com destino ao Brasil, foi diferente, os migrantes japoneses eram levados de barça ao invés da balsa, pois, havia uma explicação plausível de que para transportar 800 migrantes,

com certeza não daria tempo, visto que a estrutura da balsa era menor e levaria mais tempo e mais viagens para se fazer o embarque e desembarque de passageiros.

Em hipótese o volume em pesos de uma barça é de 100 toneladas, o que normalmente conseguia suportar cerca de 100 pessoas mais seus pertences e bens pessoais, e foi levado em conta também o tempo utilizado por cada uma para transportar os passageiros do porto de Meriken Hatoba até o navio Kasato Maru, para assim fazer o caminho inverso, o que de fato levava cerca de 60 minutos. Expressamente dividido em, 10 minutos entre o percurso feito pelos passageiros em deslocamento do cais até à barça, e mais 15 minutos de ida do porto de Meriken Hatoba em direção até onde o Kasato Maru estava atracado, com isso eles tinham mais 20 minutos para se transferirem para a outra embarcação e por fim, mais 15 minutos para retornar ao porto, ou seja, foram necessárias oito viagens para transportar os 800 migrantes, na figura abaixo temos a imagem do navio Kasato Maru em sua primeira viagem ao Brasil.

Figura 04: O vapor Kasato-Maru atracado no Porto de Santos, Cais 14.



Fontes: Handa, T. 1987, p. 04.

Em 8 de junho de 1908, aportou no Brasil, em São Paulo, mas especificamente em Santos o navio Kasato Maru, trazendo 168 famílias do Japão, o número de tripulantes do navio era de 800 migrantes, onde 781 migrantes sobre contrato, e 10 migrantes espontâneos e outros mais, que dão início de fato a migração japonesa em território brasileiro, mas o curioso é que Kishimoto; Hikijo, em seu trabalho apresentam uma pequena particularidade da presença japonesa.

O mesmo Handa, em *O Imigrante Japonês – História de Sua Vida no Brasil*, livro publicado em 1987, afirma que a formação da comunidade japonesa em São Paulo começou antes mesmo da chegada dos emigrantes no Kasato Maru. Os primeiros japoneses teriam chegado à cidade em 1906 (e não em 1908), atuando como orientadores dos conterrâneos que chegariam depois. O episódio da chegada do navio em 18 de junho de 1908 é, portanto, um marco simbólico, de caráter oficial, o que explica a recorrência da imagem nas narrativas historiográficas, escritas e audiovisuais. (Kishimoto; Hikijo, 2008, p. 146).

Como mostra o trecho acima, Tomoo Handa, artista e professor que chega ao Brasil em 1917, para compor a força de trabalho imigrante nas fazendas de café em São Paulo, é citado exatamente no contexto em que tange um delimitador do marco da migração. Contudo, em 1908, como demonstram os dados oficiais, poderia ser de fato datado como um episódio inaugurador na memória da população Nippon que hoje está no Brasil. Mas a ideia de migração japonesa para as terras brasileiras já era uma cogitação que vinha desde a década de 1880, adventos que o comércio de pessoas escravizadas estava em declínio e os intensos movimentos que circundavam a abolição da escravatura em todo o mundo em algum momento iria chegar ao Brasil, o que de fato afetaria a mão de obra existente. Mas que se transformou em uma grande possibilidade quando Brasil e Japão assinaram o Tratado de Amizade de Comércio e de Navegação, firmado em Paris, em 5 de novembro de 1895.

Isso se deu devido a conflitos e o crescimento da pobreza em diversas regiões do Japão em 1879, onde em circunstâncias que serão apresentadas estimulava o povo a tomar frente em grupos que se mobilizaram, onde ocorreram diversas rebeliões que se espalharam pelo país, promovida pelo descontentamento da população que tinham entre eles a reprovação da nova lei de imposto territorial rural 1873, que funcionava da seguinte forma; faziam a revisão do valor das terras com base em toda produção anual, daí eram adicionados uma taxa de 3%, acima do valor fixado, passando a ser cobrado em moeda. Os produtores e donos de terras que não detinham condições de arcar com os impostos eram forçados a renunciarem às mesmas, essas altas taxações e a precariedade da condição agrícola, foram alguns dos fatores que só geravam mais pobreza entre população do campo, colocando um fim no modelo econômico agrário e se estruturando para a formação de uma nação industrial e capitalista.

Para o Regime ou governo do Imperador Mutsuhito Tenno que se estendeu entre 1868-1912, e seus estadistas Meiji, a grande massa populacional empobrecida que viviam no campo e da colheita eram vistos como problemáticas e marginalizadas e continuavam crescendo dentro do país, conforme constatado por Ishizu (2007), no trecho seguinte:

Então, sentia-se necessidade premente de encontrar soluções para o bem-estar da modernidade. Ao relutar em reconhecer o problema social como fruto das reformas a favor da modernidade levada a efeito pelo regime, o governo das luzes passou a apontar a superpopulação como principal pivô do problema social. Nesse contexto, em meio ao agravamento de tensões sociais, em 1885, o governo resolveu oficialmente adotar a política migratória com o envio de primeiros imigrantes para o Hawai. A partir de 1886, com o estabelecimento do acordo de emigração entre o governo nipônico e Washington, levas de imigrantes passaram a desembarcar no solo americano... (Ishizu, 2007, p. 72).

As análises nos mostram que diante do cenário existente no período Meiji, a concentração populacional que emergia se tornou uma via de escape para o começo do processo migratório dessas famílias para outros países, como as regiões da América Latina e Sudeste da

Ásia, assim descreve o autor, mostrando como o país enxergava o grave problema social, visto que parte da população não havia conseguido desenvolver outra forma de subsistência e nem acompanhar o processo de modernidade que vinha sofrendo o Japão. Contudo, deve se levar em consideração que parte da população era composta por camponeses, antigos proprietários de terra que acumularam dívidas e antigos samurais⁷ que viviam diferentes condutas de vida, condutas de uma sociedade proveniente do período do Xogunato Tokugawa, regime que antecedia o governo das luzes, mas que havia deixado de existir. E mesmo que suas práticas também haviam se extinguido com seu fim, as heranças e os costumes continuavam existindo para diversas pessoas que foram frutos dessa época, e por mais difícil que possa parecer essas pessoas teriam que aprender a sobreviver diante de um novo modo de vida, ou como mesmo diz o autor, em uma nova ordem social, tal espaço e momento em que eles não tinham mais lugar Ishizu (2007), até mesmo pelo apogeu enfrentado no contexto da modernização que emergiu das reformas políticas que trazia o capitalismo como maneira de dimensionar novas maneiras de se relacionar para além das fronteiras ocidentais, como o próprio Franciso Handa⁸ et (2001), aludi:

o fenômeno emigratório japonês é consequência de momentos de grandes mudanças estruturais na sociedade japonesa. Se durante o período de reclusão da era Tokugawa, os japoneses tiveram que isolar-se do resto do mundo, mudanças radicais aconteceriam com o advento da era Meiji. [...] A transição do trabalho campesino para o industrial trouxe consequências drásticas. Problemas de modernidade que o Japão foi obrigado a resolver através da emigração (HANDA et al. 2001).

O próprio autor supracitado mostra que o desafio enfrentado pelo Japão com o desenvolvimento da nação ia muito além de “o migrar”, mas também de estender o marco de sua população para além do país, em questão as Américas, de causas a efeitos foram enviados os migrantes para a América do Norte e posteriormente para a América do Sul, com o intuito de que eles favorecessem a dissolução do povo japonês positivamente para o resto do mundo. Na perspectiva das autoridades responsáveis pelas levas migratórias japonesas, os cidadãos nipônicos e seus familiares que partiam com destino a outros países, tinham o dever de serem vistos como pequenos embaixadores, segundo Dezem (2021), ou como o autor mesmo diz “uma

⁷ A palavra Samurai que vem do “kanji”, têm origem nos séculos 4 a.C. e 3 a.C., quando surgiram diversas formações de elites armadas nos povoamentos que por sua vez formaram pequenas entidades sociais. Com a formação desses grupos, iniciou-se um processo conversão de grupos em grupos, até que um a um, formassem grandes clãs que emergiam sobre tutela das autoridades provinciais do império. O que criava espaços conflituosos entre esses grupos e famílias, ocasionando a formação de milícias, que seguiam suas doutrinas para assim proteger os interesses dos vários senhores feudais, isso incluem o do próprio império. Os grupos armados que faziam parte dessa elite de guerreiros eram chamados de “bushi”, termo que significa “aquele que serve” e que com o tempo acabou se tornando sinônimo de guerreiro.

⁸ Franciso Handa, sobre a coluna publicada na página “culturajaponesa”, referente ao livro “história do japão em manga vol. 2”. Ver:<<http://www.culturajaponesa.com.br/htm/historiadojapao.html>>

suposta raça japonesa no exterior”, existem dados que apontam o grau quantitativo do crescimento emigratório entre os anos de 1868-1950.

Figura 05: Estatística emigratória japonesa- período (1868-1950).

Período	EUA e outros	América Central e do Sul	Sudeste da Ásia	Plano de Colonização da Manchúria	Total
1868-1880	901	—	—	—	901
1881-1890	20.450	—	—	—	20.450
1891-1900	114.617	792	1.314	—	116.723
1901-1910	116.159	19.597	11.173	—	146.429
1911-1920	105.302	40.774	21.199	—	167.273
1921-1930	48.171	85.326	26.336	—	160.036
1931-1940	5.609	96.129	27.636	144.760	274.134
1941-1950	—	1.551	520	125.247	127.318
Total	411.409	244.172	81.768	270.007	1.013.764

Fonte: Ishizu, 2007. Waga Kokumin no Kaigai Hatten (Expansão do Nosso Povo no Além-Mar). (Volume de Estatística). Tokyo, Ministério do Exterior, Seção Consular de Emigração, 1971, apud Associação Brasileira de Cultura Japonesa, São Paulo, 1992, p. 33.

Ao longo dos anos o crescimento migratório foi só aumentando conforme é apresentado na figura supracitada, contudo a ideia era apresentar essa distribuição por diversos espaços conforme descrito, mas em especial também veremos na figura 06 da distribuição na América do Sul entre os anos de 1899-1914.

Figura 06: Estatística emigratória japonesa para a América Central e do Sul - período (1899-1914).

México	14.476
Panamá	415
Cuba	686
Brasil	188.986
Peru	33.070
Argentina	5.398
Chile	519
Colômbia	229
Bolívia	202
Venezuela	12
Uruguai	18
Paraguai	521
Outros	4
Total	244.536

Fonte: Ishizu, 2007. Waga Kokumin no Kaigai Hatten (Expansão do Nosso Povo no Além-Mar). (Volume de Estatística). Tokyo, Ministério do Exterior, Seção Consular de Emigração, 1971, apud Associação Brasileira de Cultura Japonesa, São Paulo, 1992, p. 33.

Como podemos ver, Ishizu aponta que nos primeiros 15 anos o Brasil foi quem mais recebeu migrantes japoneses, seguido de Peru e México, logo podemos perceber a grande dimensão da população nipônica que chegava ao Brasil, as primeiras incursões migratórias de “dekasseguinin”, que segundo Dezem (2021), significa “povo que sai para ganhar a vida”, ou como eu prefiro referenciar em minha pesquisa, “decasséguis”, constituído em japonês de dois ideogramas (kanji), deru (sair) e kassegu (trabalhar para ganhar a vida), sendo de uso a qualquer indivíduo que sai de sua terra natal para trabalhar, temporariamente em outro país ou região. No entanto, esse termo foi se moldando ao longo do tempo para se referenciar aos imigrantes que sai do Brasil para trabalhar no Japão, mas o que nos interessa nisso é que os primeiros imigrantes japoneses eram oriundos do nordeste, noroeste e sul do Japão, regiões mais pobres e menos desenvolvidas por serem interioranas, pela ótica do governo Meiji.

Surpreendentemente no contexto da migração haitiana existe uma expressão similar ao “decasséguis”, que é “chache lavi miyó” que se refere “buscar a vida”, ou melhor dizendo “buscar uma vida melhor” como destaca os autores Handerson Joseph; Federico Neiburg (2020), em seu artigo “A (i)mobilidade e a pandemia nas paisagens haitianas”⁹, que discute as questões em torno de mobilidade excepcionalmente por buscar oportunidades e melhores condições de vida pelo contexto migratório e a imobilidade que tange o confinamento em meio a crise da Covid-19, que afligiu diversas famílias criando o isolamento social e limitando a população ao confinamento dentro de sus espaços e territórios como medida de restrições. Mas “chache lavi miyó”, implica em dizer em algo que vai muito além do sujeito isolado, sendo algo que é pessoal, mas que também se refere ao coletivo de forma moral e material, pois diz muito mais das pessoas que se deslocam “chache lavi miyó” em “buscar uma vida melhor” e as redes de sociabilidades que estas pessoas fazem por todo o processo que seguem durante a vida.

Diante dessa exequível alegação se fez importante analisar as fontes do “Museu Histórico da Imigração japonesa no Brasil”, que traz em seu acervo digital, seções que nos permite perpetrar buscas em todas as listagens de 1908 até 1980, como é exposto na figura 07 abaixo, com isso foi possível empreender o levantamento das primeiras levas de migrantes que eram provenientes das províncias de: Ehime, Fukushima, Hiroshima, Kagoshima, Kumamoto, Miyagi, Okinawa, Yamaguchi, Tokyo, Koshi “kochi-kouchi”, Niigata. Conforme as 78 listas examinadas referentes à primeira viagem de 1908 do Navio Kasato- Maru a terras brasileiras, e segundo o mapa apresentado abaixo, podemos perceber a dimensão dos lugares de onde era proveniente grande parte dos migrantes da primeira leva ao Brasil:

⁹Ver:<https://www.academia.edu/44703125/A_i_mobilidade_e_a_pandemia_nas_paisagens_haitianas_I_mmobi_lity_and_the_pandemic_in_Haitian_landscapes>

Figura 07: Primeira página da lista de passageiros do Kasato Maru em sua viagem inaugural.

ES. R.F.V. ENT 00 7613

Lista de los pasajeros que conduce el vapor *Japones* **KASATOMARU** que emprende viaje con destino a *Santa*

8. A. 19 (1-10-1913)

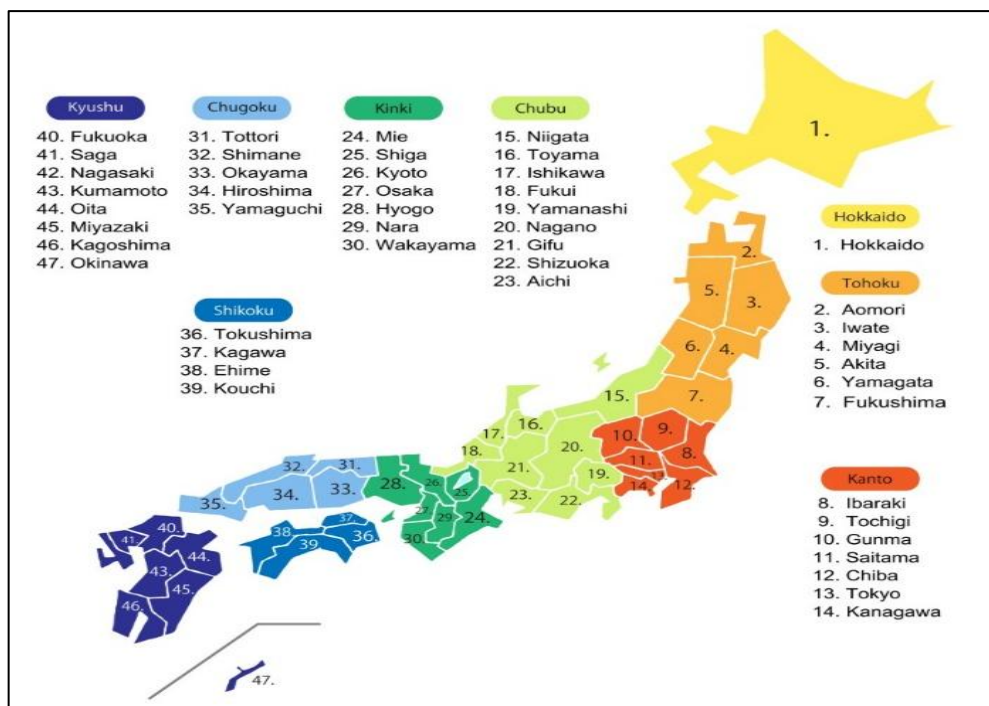
JUN 18 1908

POLICIA DO PORTO DE SANTOS

NOMBRES.	SEXOS.	EDAD.	NACIONALIDAD.	Venirei y guipajia	LEGAR DE RESIDENCIA HABITUAL.	OCCUPACION ó OFICIO.	PUERTO DE DESEMBARQUE.
	MASCULINO	FEMENINO					
Kanagawa Ichiro	M.	31	Japones	1	Kyoto		Santa
Miyazaki Ryo	M.	37	"	2	Kyoto		"
Miyazaki Hachiro	M.	34	"	3	Kyoto		"
Miyazaki Hachiro	M.	33	"	4	Kyoto		"
Hachida Jirokari	M.	40	Japones	1	Kyoto		"
Ota Hachiro	M.	31	"	2	Kyoto		"
Miyazaki Hachiro	M.	31	"	1	Kyoto		"
Sakakura Ichiro	M.	27	Japones	2	Kyoto		"
Katagawa Hachiro	M.	30	"	2	Kyoto		"
Miyazaki Hachiro	M.	30	"	2	Kyoto		"
Miyazaki Hachiro	M.	31	"	2	Kyoto		"
Ota Hachiro	M.	31	"	1	Kyoto		"
Yasuda Hachiro	M.	39	"	1	Kyoto		"
Sakagami Hachiro	M.	38	"	3	Kyoto		"
Katagami Hachiro	M.	33	"	3	Kyoto		"
Katagami Hachiro	M.	36	"	2	Kyoto		"
Ota Hachiro	M.	32	"	1	Kyoto		"
Sada Hachiro	M.	35	"	1	Kyoto		"

Fonte: Arquivo Nacional.

Mapa 01: Divisão do Japão por regiões e suas 47 prefeituras.



Fonte: Mundo-Nipo (MN)- Depositphotos. 2021. Imagens da página, <https://mundo-nipo.com>.

Os elementos expostos acima no mapa 01 dão conta de toda uma exemplificação abordada anteriormente, das primeiras leva migratórias com destino ao Brasil, visto que estes partiram das regiões de Kyushu, Chugoku, Shikoku, Tohoku e ademais de Chubu e Kanto em

1908. Mas se considerarmos os estudos de Dezem (2021), na periodização de 1908 até 1941, segue os registros para além das regiões, voltados para as diversas províncias e suas participações, com o percentual de migração onde:

- Kumamoto; tem mais de 10,00%
- Fukuoka, Saga e Nagasaki; tem entre 8,01% e 10,00%
- Hokkaido e Hiroshima; 6,01% e 8,00%
- Fukushima; 4,01% e 6,00%
- Nagano, Osaka, Okayama, Ehime, Kochi, Yamaguchi, Kagoshima e Wakayana; 2,01% e 4,00%

As demais prefeituras compreendem o total de 2,00% das províncias adjacentes com a circulação migratória para o território brasileiro. E para garantir que essa população ao sair mostrasse uma boa imagem do país, de como deveriam se comportar e se apresentarem no exterior, para isso acontecer foram organizados envio de diretrizes para os governantes de diversas regiões do Japão com diversas instruções nos quais incluem, seguir trabalhando, se possível guardar parte do capital para ajudar a família no Japão para poderem juntos fortalecerem a economia japonesa, além de outras recomendações conforme apontadas por Dezem (2021) a seguir:

1. Lembre-se de que você é um cidadão do Império Japonês, portanto não deixe uma impressão vergonhosa nos países estrangeiros.
2. Controle-se e evite a tentação de negligenciar seu trabalho com jogo, bebida, etc.
5. Trabalhar duro e poupar o seu dinheiro devem ser suas principais preocupações; não desperdice dinheiro, mesmo que inicialmente acumule pouco.

É curioso notar que se o emigrante tivesse algum problema com o contratante ou no país receptor, para os dirigentes japoneses o responsável seria, em princípio, o próprio emigrante. Para alguns políticos da década de 1890, o preconceito contra seus conterrâneos não seria apenas fruto de um racismo de brancos contra amarelos, mas sim uma reação à falta de “civilização” de certos nipônicos. (Dezem, 2021, p. 4).

Neste trecho temos dois momentos, as recomendações dos dirigentes japoneses para com seus semelhantes em terras estrangeiras e a fala do autor diante da total responsabilidade que o migrante carregava em nome do compromisso e honra com seu país, contudo Dezem (2021), destaca três pontos da lista de recomendações entre as cinco registradas na lista, acerca da ótica que destas citadas acima são as mais duras, que tange o comportamento e dever dos japoneses com sua nação. Olhando por este lado a questão brasileira, o migrante japonês era bem diferente ao que eles se preocupavam em apresentar, pois o Brasil vinha passando por uma quebra no sistema de trabalho que mantinha a séculos, pois o fim do tráfico de pessoas escravizadas em 1850, que posteriormente culminou com os movimentos abolicionistas como havia citado anteriormente, gerava tensões entre os cafeicultores em São Paulo, com isso

diversos debates em assembleias e congressos mensuravam de que forma iriam suprir tal mão de obra em um momento que a escravidão negra no Brasil chegara ao fim, como mostra Lilia Moritz Schwarcz no apontamento a seguir:

O problema da desmontagem do sistema escravocrata, com seus avanços e recuos, a partir de 1870 tornava-se um fato irrevogável. Afinal, em 1871 é promulgada a Lei do Ventre Livre que, apesar de seu caráter moderado, punha um ponto final nesse sistema de trabalho, a essa altura condenado pelas demais nações.

É a partir desse momento também, com o sistema de produção ainda dependente da mão-de obra escrava, que o problema da mão-de-obra passa a figurar no centro das discussões. Datam dessa época os primeiros debates e experiências com trabalhadores estrangeiros, sobretudo europeus, entendidos nesse momento como os grandes substitutos diante do iminente final da escravidão.

Na verdade, os diferentes impasses encobriam, em seu conjunto, tentativas de esboço de uma nova nação que buscava se libertar de algumas amarras do Império sem ter claro um novo projeto político. Os anos 70 constituem, neste sentido, um marco consagrado pelos diferentes comentadores. Dos historiadores mais tradicionais, como Capistrano de Abreu, aos críticos contemporâneos mais radicais, como Silvio Romero, todos viram nela uma década de inovações, (Schwarcz, 1993, p. 27).

O destaque acima, também apresenta de forma explicativa outro elemento que seria a formação de uma nova elite que foram frutos de ideologias liberais que passará a ganhar novos aglomerados de pensadores, que nesse novo momento da construção histórica brasileira defendiam o viés científico no caráter de uma cientificidade evolucionista com base na observação, que enaltecia um "discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir dos anos 70 como um novo argumento para explicar as diferenças internas." Schwarcz (1993, p. 28) complementava o discurso dizendo: "Adotando uma espécie de "imperialismo interno", o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais." Schwarcz (1993, p. 28). Logo, é importante ressaltar que a autora supracitada acima dilucida que, apesar do enunciado acerca das justificativas do tardamento que o Brasil vivia em relação ao ocidente, sustentava-se também o discurso de inferioridade, como Schwarcz salienta:

Negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos — "classes perigosas" a partir de então — nas palavras de Silvio Romero transformavam-se em "objetos de ciencia" (prefácio a Rodrigues, 1933/88). Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades. Teorias como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo, "um cinemathographo em ismos" (Romero, 1911), começam a se difundir a partir dos anos 70, tendo como horizonte de referência o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial (Ventura, 1988). (Schwarcz, 1993, p. 28).

Essa abordagem, todavia, representa uma série de análises de diversos autores de como todo um ciclo da mão de obra migratória pôde gerar diversas interpretações, até o ponto de se criar um discurso de "cidadão indesejável". Algo, que se sustentou até mesmo durante e pós-Segunda Guerra como uma expressão antinipônico alimentado pela idealização do perigo amarelo, termo este que por muito tempo trazia o imaginário do imigrante japonês como

elementos cominadores de degenerescência racial; termo empregado para alegar uma teoria de um viés ideologista e racista, onde se afirmava que a mistura de raças levaria a degeneração de ambas, sancionando que havia uma raça mais pura que a outra e assim ocasionaria o depauperamento em aspecto físico, intelectual, moral e social de um povo, comunidade ou grupo humano, conforme Serpa Jr (2010), acerca das abordagens que Bénédict-Augustin Morel (1809-1873) no *Traité des dégénérescences* (Tratado das degenerescências) que teorizam como eram usados frequentemente o racismo científico para justificar a eugenia étnica, com os olhares que visavam “a pureza” humana através da escolha e exclusão de sujeitos considerados “inferiores”.

Outro elemento que sustentava a problemática criada dos migrantes da terra do sol nascente, partia que o próprio Brasil, via nas teorias raciais oriundos da Europa, subsídios para o novo modelo político que se constituía a partir da Proclamação da República, que nos moldes da idealização positivista junto com o evolucionismo, o darwinismo que carregava consigo uma nova configuração que o próprio Dezem, destaca de “ordem e progresso social” (Dezem, 2005, p. 109).

E para tal discussão devemos levar em consideração de forma mais ampla, quando introduzida em um contexto para se pensar como a urbanização em conjunto com a migração configuravam um processo de grandes mudanças na sociedade brasileira, com a ordenação de grupos de intelectuais formados por membros das camadas mais elevadas da sociedade, em suma parte detinham laços familiares com proprietários de terras, mas que seguiam os paradigmas academicistas para se respaldarem cientificamente com as instituições de saber que coexistam entre as formações políticas já existentes como os tradicionais proprietários de terras nordestinos que tinham suas riquezas pelo cultivo das safras de cana-de-açúcar, e a elite formada pelos cafeicultores cariocas e paulistas.

É ponderoso considerar todo esse contexto para a sentença criada acerca do perigo amarelo, e acentuando o japonês como migrante indesejável. Pois, apesar de os primeiros laços serem de interesses mútuos, visto que os grandes empresários donos de terras e cafezais em São Paulo em concordância com o Governo Federal Brasileiro, vislumbravam na mão de obra europeia uma saída para a ocupação dos espaços deixados pelos negros na lavoura. Assim, com a chegada dos italianos em solo nacional fez com que o governo brasileiro enxergasse uma suposta idealização para o embranquecimento da população, todavia, com o passar do tempo os protestos e manifestações contra as condições de trabalho que estavam acometidos fez com

que muitos migrantes fossem deportados ou deixassem o país, bem como mostra Marcia Yumi Takeuchi¹⁰

Nesse sentido, surgiu a necessidade de se encontrar o migrante menos hostil, e como havia dito anteriormente, esse migrante ordeiro seria o japonês, onde “seus primeiros laços de interesses eram mútuos”, o que os aproximavam no eixo comércio e migração. Mas Takeuchi (2008), denota de argumentos de Dezem ao se referir acerca do que se passava nos Estados Unidos da América- EUA nos primeiros anos do século XX, antes mesmo destes laços entre Brasil e Japão consumarem seu marco inaugural, onde os políticos estadunidenses os definiam como elementos “inassimilável”, ou melhor dizendo inaceitável, de não possuírem padrão algum sendo estes detentores de maus hábitos com baixo padrão de vida. Além disso, tempos depois ocorreu a restrição da entrada de migrantes nipônicos por parte do governo de Washington no país, Takeuchi (2008), conclui ainda que esse momento do “fechamento das portas” aos migrantes japoneses em 1907 por parte dos EUA, ia de frente ao quadro que o Brasil assistia do Governo italiano acerca da proibição de seus cidadãos de seguirem viagens com destino ao Brasil, sendo este o impulso decisório para o início da migração Nipônica.

Faz se esclarecer que Takeuchi (2008), exprime que mesmo parecendo um processo completamente amistoso, no calor dos entraves de 1901 com os EUA e os migrantes japoneses, o Ministro Plenipotenciário do Brasil no Japão, quando soube da presença de um emissário encaminhado ao Japão pelos cuidados do governo de São Paulo, fez um ofício delegado aos interesses do Itamaraty sendo contra quaisquer pleitos que levassem a intenção de se fazer a migração japoneses ao Brasil. Entre as considerações conforme a autora destaca eram de que segundo ministro Manoel de Oliveira Lima¹¹, julgava que os futuros migrantes japoneses não possuíam experiência com maquinários modernos de produção agrícola e sobretudo seus costumes assim como modo de vida e outras práticas sociais que os tornavam distantes e atrasados ou como a autora mesmo coloca de “natureza psicológica e objetivo social que separa a raça ariana da mongólica” Takeuchi (2008, p. 57).

¹⁰ TAKEUCHI, Marcia Yumi. O Perigo Amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2008.

¹¹ Um dos mais notáveis historiadores brasileiros nasceu na capital de Pernambuco em 25 de dezembro de 1867, filho de Luís de Oliveira Lima e Maria Benedita de Oliveira Lima. Faleceu em Washington (Estados Unidos da América), em 24 de março de 1928. Entrou no serviço diplomático brasileiro em 1890 como Adido à legação em Lisboa e, no ano seguinte, era promovido a Secretário. Mais tarde, sob a chefia do Barão de Itajubá. Fonte: Academia de Letras. Disponível em: < <https://www.academia.org.br/academicos/oliveira-lima/biografia>>. Acesso em: 12 jun de 2025.

Também houve em outros momentos nos anos de 1906 e 1907, que o Luiz Guimarães Filho¹², sendo este nesse período um diplomata e representante Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, o mesmo, noticiava por escrito diretamente ao José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco) que até então era ministro das relações exteriores, a respeito do risco eminente do migrante da terra do sol nascente, para o país, visto pelo seu olhar declarava, estes sendo incapazes de adaptação aos costumes brasileiros, ressentiam pelo medo de se criar um inimigo intimo dentro do próprio país, diálogo esse que se repete da mesmas formas descritas anteriormente, contudo, exposto diretamente por Takeuchi no trecho abaixo:

Guimarães Filhos acrescentava que os imigrantes dessa procedência incomodam os governos com as suas constantes queixas, por não poderem viver a japonesa, e que tal fato estava criando atritos entre Japão e Estados Unidos. Em tom profético, afirmava que o Império do Sol Nascente fizera a guerra contra a China devido à Manchúria e a faria novamente com os Estados Unidos por causa do Havaí e das Filipinas. Além disso, não via vantagem no crescimento do sangue mongólico ao organismo nacional, se a imigração japonesa no Brasil se concretizasse se criaria “um inimigo dentro de casa”, que no futuro se tornaria um perigo tanto para a integridade nacional como para a formação de uma população brasileira branca. O japonês, a seu ver, era “espião de nascença e nosso inimigo pelo sangue”. (Takeuchi, 2008, p. 58)

Como expressamente foi colocado por Marcia Yumi Takeuchi, ao discorrer acerca dos olhares hegemônicos da nação brasileira e suas suposições em torno do migrante japonês, mas todas as prerrogativas acima discutidas tiveram sua inserção feita no Brasil, seja por fins desejáveis ou indesejáveis deve se considerar esse primeiro momento o ponto de partida para assim entendermos como se consolidou o marco inaugural de 1908.

A partir desse enfoque com a expansão das fazendas de café nas regiões de São Paulo que compreendia grande parte do Oeste Paulista, via se a necessidade de aquisição de mão de obra, e o migrante europeu, branco e cristão eram o perfil mais almejado, pois para ele o governo brasileiro traçava planos que iam além de vir trabalhar e colonizar, seu compromisso era de contribuir com o branqueamento da população mestiça do país, e esse migrante eram os italianos, suíços, espanhóis, alemães e não os imigrantes japoneses de certa forma. Todavia, mesmo não sendo o perfil almejado, os pioneiros do processo migratório de 1908, desembarcam em Santos, para seguirem como colonos nos cafezais de São Paulo, é nesse primeiro momento, que alguns autores como Saito, o definem como o período de imigração experimental de 1908

¹² Luís Guimarães Filho, diplomata, poeta, cronista, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 30 de outubro de 1878, e faleceu em Petrópolis, RJ, em 19 de abril de 1940. Em 1902 foi nomeado, por concurso, segundo secretário de legação em Buenos Aires. Também foi segundo secretário de legação em Montevidéu, Tóquio e Pequim; conselheiro de legação em Havana e Berna; encarregado de negócios em Tóquio, Pequim, Havana e Berna; ministro plenipotenciário em Caracas, São Petersburgo, Montevidéu e Haia; promovido a embaixador, ocupou o posto em Madri e na Cidade do Vaticano.

Fonte: Academia de Letras. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/luis-guimaraes-filho/biografia>>. Acesso em: 12 jun de 2025.

a 1925, e após isso teremos esse mesmo movimento imigratório para o Brasil, mas datado de 1926 a 1941, onde dessa vez foi subsidiado pelo governo do Japão (Saito, 1961, p. 31).

O Brasil branco e vermelho.

O movimento migratório nipônico para o Brasil se inicia a partir do século XX, e se estendeu por toda a região brasileira levando consigo particularidades de cada lugar e período, as primeiras levadas de migrantes japoneses se estabeleceram em São Paulo como já havia sido supracitado no trabalho, e como as condições sociais e culturais do país de fixação exigiam do migrante um perfil voltado para o trabalho do campo, os japoneses e seus descendentes inicialmente tiveram suas imagens ligadas a agricultura, e é o que vamos ver em cada momento desse trabalho. Já em terras estrangeiras a adaptação ao novo modo de vida seria um grande desafio, assim como a vida nas fazendas de cafés, com uma realidade totalmente diferente que vai desde a língua portuguesa, que dificultava a comunicação entre ambos, a alimentação que também era outro fator e o preconceito que vinha desde os primeiros contatos e o estranhamento com migrantes que como havia dito anteriormente “não eram o perfil desejado”.

Ainda que fosse difícil enfrentar essa dura realidade vivenciada pelos colonos japoneses, eles tinham que lidar com outro problema que eram os contratos celebrados no Japão e os assinados aqui no Brasil com os fazendeiros responsáveis pelos migrantes e seus respectivos destinos nas lavouras de café, pois ao desembarcarem os mesmos seguiam para “Hospedaria de Imigrantes, que ficava localizada no bairro do Brás, em São Paulo”, que eram destinados aos mesmos, para assim realizarem todo processo documental e de vistoria, o espaço tinha capacidade para abrigar 2.000 mil pessoas. Em sua obra, “o Imigrante Japonês”, Tomoo Handa, faz todo um detalhamento descritivo desde o processo de chegada a hospedagem e o processo de fiscalização aduaneiro com os passageiros recém-chegados ao país, visto que parte desses relatos eram do jornal “Correio Paulistano” como mostra imagem a seguir:

Figura 08: Correio Paulistano, notícia a chegada dos Imigrantes nipônicos ao Brasil.



Fonte: Correio Paulistano, 5 de junho de 1908, notícia a chegada do Kasato Maru, imagens da página, <https://www.imigrantesjapao.blogspot.com>

A figura apresentada, mostra o jornal “Correio Paulistano”, corrente da época que noticiava a chegada dos migrantes ao Brasil, durante todo o tempo o jornal trazia sempre publicações recorrentes aos novos moradores de São Paulo, como foi citado acima, assim como também é mencionado por Handa, onde o autor destaca um trecho do mesmo jornal, acerca dos nipônicos recém-chegados que diz a seguinte frase: “Os empregados da alfândega declaram que nunca viram gentes que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido à conferência de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentiras.” Handa (1987, p. 11).

Relatos que mostram todo aparato do governo brasileiro com seus vizinhos japoneses pelo olhar do jornal local. Vale destacar também a preocupação da fiscalização e a curiosidade ao verem tecidos de seda entre os pertences dos passageiros, e todo cuidado também com a conferência da documentação das famílias, na imagem abaixo de um passaporte japonês de Hajime Nagata, um dos passageiros do Kasato-Marui. que contém o visto e a conferência assinado pelas autoridades portuárias brasileiras.

Figura 09: Passaporte de um dos tripulantes do Kasato Maru.



Fonte: Handa, 1987- o Imigrante japonês.

Embora já houvesse um acordo entre os dois países do papel do migrante japonês, antes de saírem da hospedaria com destino às fazendas de café, os mesmos deveriam celebrar um outro contrato com os fazendeiros para irem trabalhar, não esquecendo que os migrantes já tinham um contrato acertado no Japão com a Companhia Imperial de Emigração, mas os

mesmos ao chegarem no Brasil, seguirem para o alojamento, receberam comida e traslado, via-se nisso tudo um custo, como foi constatado anteriormente, mas o contrato firmado no Japão compreendia apenas um prazo sendo este a colheita da primeira safra, porém eles já estavam no meio do ano, isso implica dizer que somente tinham metade do tempo para alcançar os resultados objetivados pela colheita firmada com a Companhia Imperial de Emigração, o que incluía um ano agrícola de acordo com a produção. E diante de tudo isso você tinha o contrato estabelecido entre a Companhia de emigração e o Governo de São Paulo descrito por Handa (1987), da seguinte forma, que somente ao término da primeira colheita, poderiam requerer o direito de pagar as dívidas contraídas pelo adiantamento das despesas recorrentes da viagem.

Ou seja, para assim amortizar seus débitos com os fazendeiros, e isso gerava uma obrigatoriedade do migrante com os donos de cafezais, dito isto Handa (1987), ainda exemplifica como era constituído de fato as despesas pagas pelo Governo do Estado de São Paulo para as famílias japonesas em seu processo de deslocamento, e quando esses colonos japoneses chegavam nas fazendas, os empregadores dos cafezais extraíam parcelas aos quais devolveriam ao governo conforme apresentado abaixo:

Tabela 01: Quantias pagas pelo Governo do Estado de SP à título de ajuda de viagem. Valores pagos à título de ajuda de viagem: Reembolso ao governo pelos fazendeiros:

IDADE	VALORES		IDADE	VALORES
Maiores de 12 anos	10,00 libras	⇒	Maiores de 12 anos	4,00 libras
Maiores de 7 anos	5,00 libras	⇐	Maiores de 7 anos	2,00 libras
Menores de 12 anos	5,00 libras		Menores de 12 anos	2,00 libras
Maiores de 3 anos	2,10 libras		Maiores de 3 anos	1,00 libras
Menores de 7 anos	2,10 libras		Menores de 7 anos	1,00 libras

Fonte: Elaboração própria- dados (Handa, 1987)

Conforme apresentado na tabela disposta acima, os donos dos cafezais efetivavam antecipação das parcelas para o favorecimento dos migrantes, debitados ao que eles constituíam de trabalho, ajuizado no prazo do contrato, que se referia ao tempo necessário da primeira colheita, isso era aproximadamente um ano e meio, podendo ou não nesse período significar ressarcimento dos 40% da ajuda custeados pelos empregadores. Com o passar do tempo os trabalhos se estendiam nas fazendas e os migrantes continuavam chegando, em tese para uma família de três a quatro pessoas produziam entre 1 saca de café a 1,5 por dia, o que fugia um

pouco da expectativa almejada, diante de diversos sinais e descontentamento, muitas famílias procuravam outros meios de arrecadar lucros em alguns casos havia famílias que fugiam das fazendas no cair da noite, diversas eram transferidas para outros contratantes ou seguiam para a capital em busca de melhorias, deixando para trás a vida do campo e os alojamentos onde residiam nas fazendas de café, a imagem abaixo destaca o momento da colheita dos frutos do café:

Figura 10: A colheita de café.



Fonte: Handa, 1987, p. 37.

Em todo momento a apresentação das famílias dentro das lavouras dos empregadores acerca da ótica dos brasileiros eram vistas com maior naturalidade, contudo a dificuldade na comunicação ocasionava muitas vezes o acompanhamento de um intérprete dentro dos cafezais para auxiliar nas instruções repassadas para a realização da colheita do fruto. Além desse fator a carga de trabalho exigia que os migrantes acordam às 4 horas da matina e se dirigissem ao local de trabalho até o pôr do sol em atividades de colheitas, vigiados por fiscais, aos quais as situações só foram se agravando, devido a problemas como os inúmeros registros de suicídios, greves mobilizadas por pequenos grupos, conflitos com contratantes, cobrança em relação ao alojamento e trabalho exaustivo, incluindo as fugas das famílias durante a noite como já havia citado.

Somente a partir 1910, com a intervenção de bases da imigração japonesa e o processo de migração da segunda leva de migrantes nipônicos para o país, que se passa a ter maior rigor e fiscalização tanto no contrato quanto no direcionamento dessas famílias, com seus

contratantes, segundo Ocada (2009). Com o crescimento migratório os novos processos contavam com a inclusão de novas empresas interessadas, dentre elas existiam algumas que se destacavam que foi o caso da Companhia Ultramarina de Desenvolvimento SA- KKKK – Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, de 1917, seu objetivo visava a fixação de colonos como proprietários de terras adquiridas no Brasil, onde Muto (2010), diz que foi o marco para se iniciar a diversificação da produção agrícola, que reunia diversos cultivos como bicho-da-seda, milho, arroz, hortaliças, algodão.

Mesmo diante de tudo que fora apresentado no parágrafo acima, é necessário analisar e perceber a diferença entre os migrantes que chegaram ao Brasil com contratos de trabalho de antemão já firmados para as fazendas de café de São Paulo, daqueles que adentraram o país como colonos. Pois, os primeiros apresentados chegaram em terras brasileiras, financiadas pelo governo de São Paulo até 1925, e pelo governo japonês. Já os colonos, seguem em outra categoria, devido ao serem contemplados de títulos e propriedades de pequenas glebas das colônias exploratórias adquiridas precocemente pelo Japão.

Com isso nos anos que se sucederam principalmente entre 1910 e 1920, se fortalecia o crescimento de núcleos coloniais japoneses, e sua organização se dava pelo fato de preservarem a língua materna algo que ajudava significativamente com os recém-chegados, a criação de associações locais e regionais que asseguravam um melhor acolhimento diferente das primeiras levadas de migrantes que se estabeleceram dentro de núcleos para trabalho nas fazendas direcionadas pelos empregadores com a promessa de ganhos e boas condições de vida. Só em 1912 o Ministro Provisório do Japão no Brasil, Ryoji Noda, relatava que o número de famílias japonesas que vislumbravam o desejo de emigrar condicionalmente era da ordem de uma a cada mil. Com destinos preferenciais o qual entre os primeiros se encontravam o Havaí, os Estados Unidos (costa oeste), o Canadá e a Manchúria, somente aí por diante o Brasil era escolhido pela grande distância e os baixos salários eram considerados como segunda ou terceira opção, como aponta Dezem (2021).

Para melhor destacar o que eram tais núcleos coloniais japoneses devemos considerar diversos aspectos, o primeiro é que as colônias como as de Vila Cotia e Hirano que eram formadas por migrantes que desistiram da vida nas fazendas de café por diversos fatores, que contavam com sua organização estrutural a partir de capital japonês, o segundo aspecto é que em 1910, diversos empreendedores com o intermédio do então ministro da Agricultura e do comércio, Kanetake Oura e Ikutarō Aoyagi, fundaram um sindicato intitulado de Tokio Syndicate, mencionada por Yoshioka (1995), vale ressaltar que com o tempo surgiram diversos tipos de núcleos e cada um deles com sua tipologia específica como veremos a seguir.

[...] classificavam-se em cinco tipos: a primeira constituía-se de japoneses que haviam adquirido terras, espontaneamente, agrupando-se entre compatriotas e formando núcleos coloniais, como os de Mairiporã, Suzano, Mogi das Cruzes e Juquiá; o segundo tipo é aquele formado pela interiorização do estado de São Paulo e norte do Paraná, constituído por pioneiros que adquirem grandes áreas e, subdividindo-as, passam a revendê-las em lotes, geralmente de dez alqueires. Como exemplos citam-se Hirano, Cafelândia (Estrada de Ferro Noroeste), Tóquio, Vai Bem (Estrada de Ferro Sorocabana), entre outros; na terceira categoria de núcleos incluem-se aqueles adquiridos por companhias oficiosas e revendidos no Japão, a exemplo de Aliança, Tietê (Pereira Barreto), Bastos e Três Barras (Assaí-PR); o quarto tipo não chega a formar núcleos, é composto por colhedores de algodão, locatários produtores de algodão, como os que existem na Média Sorocabana, Paulista, Araraquara, Douradense além de outros; no quinto tipo podem ser classificadas as formações de colônias oficiais do governo federal ou estadual e cita-se como exemplos (na região amazônica) Bela Vista, antiga Manacapuru-AM, Acre, Amapá, etc.. (Kiyotani & Yamashiro apud Yoshiora, 1995, p. 36).

Os tipos apresentados de colônias japonesas mostram como a consolidação dos migrantes japoneses vai ganhando força após a fase experimental e como ocorre a dissolução das famílias em todo Brasil, destacando este último sendo algo que veremos no decorrer do trabalho, enquanto em São Paulo a contração das famílias de migrantes nipônicos era voltada para o cultivo e colheita do café. Em meados de 1913 no Paraná, os primeiros colonos nipônicos adentraram em Cambará, trabalhando na fazenda Barboza Ferraz, posteriormente foram se formando pequenos agrupamentos de propriedades em nome dos japoneses, ou melhor dizendo “núcleo de Vilas japonesas”, anos mais tarde em 1923 segundo apontamentos de Handa (1987), que já existiam armazém e grande atividade comercial por parte dos japoneses na cidade de Cambará, até 1929 vai surgir na região diversos movimentos de sitiantes e suas fazendas. Nos anos de 1930 e 1931, diversas famílias migraram de Cambará para Londrina, onde tiveram facilidade de acesso às terras, com isso puderam investir na agricultura sendo este os pioneiros na região, com a migração do cultivo do café para a região os colonos japoneses viam nas oportunidades o momento de prosperarem, contudo, outro fator importante foi o cultivo de arroz que apesar de não ser tão forte economicamente, mas ajudava na alimentação das famílias residente na região.

Enquanto isso no Norte do país se iniciava a migração japonesa entre 1929-1930, e o que mais chamava a atenção era que esse processo da migração das famílias japonesas para o Amazonas partiu do estado do Pará, onde culminou com a fundação da colônia japonesa de Tomé-Açu, sitiada no município de Acará-PA, que surgiu em consonância com o governo paraense e o governo japonês, sendo que estes firmaram um acordo que visava a concessão de terras aos migrantes nipônicos para desenvolverem e se fixarem na região.

Aproveitando a oportunidade o então governador do estado “Amazonas-AM” Efigênio Salles, que passava pelo declínio do comércio da borracha, viu que poderia somar com tal iniciativa e ofereceu um milhão de hectares amazonenses com intuito de que aqueles que a povoassem pudessem trazer novas alternativas para o manejo e produção agrícola para a região, nesse mesmo ano os migrantes se dirigiam para o Amazonas, em meados de outubro, nove famílias e mais dezessete outros integrantes japoneses, que totalizava 49 pessoas, saíram de Kobe e aportaram no Rio de Janeiro, trazidos pelo navio Santos Maru, de onde seguiram viagem até desembarcarem em Belém e posteriormente para Manaus e seguidamente para Maués como é descrito por Sá (2010).

No ano seguinte em 1931, o município de Parintins recebia mais uma leva de migrantes japoneses, mas dessa vez eram os chamados Koutakuseis (Sá, 2010), descreve que estes eram jovens entre 19 e 20 de idade que eram alunos da Kokushikan Koutou Takushoku Gakko, que era a Escola Superior de Imigração, que visava o ensino em técnicas agrícolas, construção civil e língua portuguesa, que tinham o intuito de colonizar as terras doadas pelo governo do Amazonas utilizando seus conhecimentos para um melhor cultivo, isso incluía o plantio de juta. Também vale mencionar os migrantes japoneses conhecidos como “Peru Kudari”, que abriram fuga do país vizinho e desceram os Andes em direção à Amazônia em busca de melhorias, pela interpretação feita de histórias e fortunas na extração da borracha, Reiko Muto destaca em seu trabalho acerca deste caso que, “apesar do censo demográfico de 1920 registrar a presença de 26 japoneses no Acre, é possível que tivesse um número bem maior, considerando a clandestinidade dos imigrantes nipo-peruanos naquela região.” Muto (, 2010).

No dia 31 de julho de 1953, segue a primeira leva de migrantes japoneses com destino ao Amapá, partindo do porto de Kobe, no navio África Maru. Aportaram em Icoaracy – Belém–PA, no início de setembro do mesmo ano, onde seguiram transferidos para o navio Araguay, tinha seu destino a cidade de Macapá, então no dia 6 de setembro chegam à capital do meio do mundo os primeiros nipônicos, que aos olhos dos amapaenses despertava curiosidade em volta de pessoas tão diferentes como os japoneses. Muto (2010) descreve em sua dissertação um “contingente de 177 pessoas, distribuído em grupos para as duas colônias: 24 famílias destinadas à colônia de Matapi para plantação de seringueiras e 5 famílias para a colônia de Fazendinha, designadas para plantação de hortaliças para abastecer a população de Macapá” (Muto, 2010, p. 245).

A chegada do primeiro contingente de imigrantes japoneses no ex-Território Federal do Rio Branco (atual estado de Roraima) ocorreu em 1955, formada de 13 famílias, 71 pessoas, que vieram, na realidade, transferidas da fazenda de borracha de Belterra (Santarém-Pa). Duas famílias se fixaram nos arredores de Boa Vista e 11 famílias foram destinadas à colônia de Taiano. Da pesquisa realizada por Saito (1961, p. 84, 87), consta que das 13 famílias (78 pessoas) de Taiano, 40% de seus membros foram acometidos de malária, sendo a incidência maior entre os homens que nas mulheres e crianças [...] quando o segundo contingente chegou em 1961 os imigrantes de Belterra estavam reduzidos a 4 famílias apenas. O segundo contingente de migrantes, constituído por 9 famílias e um solteiro, totalizando 53 pessoas, eram todos procedentes da província de Saga. (Muto, 2010, p. 220).

Já em Santa Catarina, a partir de 1966, com a inauguração da primeira colônia japonesa, localizada no distrito de Frei Rogério, que era conhecido como Curitibanos. Com suas terras demarcadas em parte do território catarinense, onde estava ligada diretamente ao governo estadual como apoiador das iniciativas e instalação dos núcleos coloniais sitiados na região. Os objetivos apresentados aos povos nikkeis, que consentiram no desenvolvimento da fruticultura através da mão de obra dos imigrantes, no cultivo da maçã, pêssego, pera e dentre outros, Martinello e Carvalho (2010).

Como os autores supracitado anteriormente, exploram em seu trabalho que a atuação do governo local, centrava-se em duas frentes uma delas era o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) e o segundo a Empresa Japonesa de Imigração (JAMIC), que tinha sede em Porto Alegre, suas articulações se baseavam em firmar contratos com a imigração para darem o direito de colonização dos espaços dispostos por eles aos pequenos grupos interessados, estes órgãos foram responsáveis por auxiliarem na formação e instalação de outras “colônias japonesas”, em Itajaí, Caçador, São Joaquim, Criciúma, Canoinhas, onde em seus sítios, além de japoneses e descendentes, também tinham brasileiros, Martinello e Carvalho (2010), também procuro apresentar alguns dados referentes à província de onde saíram os diversos migrantes nipônicos com destino ao Brasil e posteriormente alguns dados referentes a colônias do norte do país, como na tabela abaixo.

Tabela 02: Regiões e províncias de origem dos imigrantes japoneses (1908-1962)

REGIÕES	Antes da II Guerra				Após II Guerra			Total geral	
Províncias	Recrutado	Chamada	Outros	Totais	Em família	Sozinho	Totais	N.A	%
H OKKAIDO (1)	12.736	226	71	13.033	2.461	209	2.670	15.703	6,9
TOHOKU (2)	21.495	642	138	22.275	3.571	698	4.269	26.544	11,6
Iwate	2.234	23	6	2.263	123	51	174	4.176	1,8
Miyagi	3.380	87	20	3.487	529	116	645	4.132	1,8
Fukushima	9.489	417	93	9.999	2.027	181	2.208	12.207	5,3
Outros	6.392	115	19	6.526	892	50	942	7.468	3,3
KANTO (3)	10.188	283	83	10.554	2.935	1.746	4.681	15.235	6,7
CHUBU (4)	18.624	708	230	19.562	2.145	808	2.953	22.515	9,8
KANSAI (5)	15.635	440	225	16.300	2.658	541	3.199	19.499	8,5
Wakayama	4.200	111	58	4.369	1.452	96	1.548	5.917	2,6
Outros	11.435	329	167	11.931	1.206	445	1.651	13.582	5,9
CHUGOKU (6)	26.020	709	283	27.012	3.285	572	3.857	30.869	13,5
Okayama	5.538	153	70	5.761	605	74	679	6.440	2,8
Hiroshima	12.220	337	130	12.687	878	180	1.058	13.745	6,0
Yamaguchi	5.472	136	52	5.660	1.519	214	1.733	7.393	3,2
Outros	2.790	83	31	2.904	283	104	387	3.291	1,4
SHIKOKU (7)	11.487	488	196	12.171	2.544	399	2.943	15.114	6,6
KYUSHU (8)	48.705	1.838	545	51.088	11.824	1.406	13.230	64.318	28,1
Fukuoka	15.011	737	211	15.959	3.021	300	3.321	19.280	8,4
Kumamoto	19.108	543	153	19.804	3.118	345	3.463	23.267	10,2
Outros	14.586	558	181	15.325	5.685	761	6.446	21.771	9,5
OKINAWA(9)	9.978	4.039	260	14.277	4.618	211	4.829	19.106	8,3
Total	174.868	9.373	2.031	186.272	36.041	6.590	42.631	228.903	100

Fonte: Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa (1964), com as adaptações da autora-input-Muto, 2010

(1) Hokkaido fica na região fria do extremo norte do Japão

(2) Tohoku abrange as províncias de Aomori, Akita, Yamagata, Iwata, Miyagi e Fukushima

(3) Kanto: as províncias de Gumma, Ibaraki, Tochigi, Saitama, Chiba, Kanagawa e Tokyo

(4) Chubu: as províncias de Niigata, Nagano, Yamanashi, Shizuoka, Aichi, Gifu, Toyama, Ishikawa e Fukui

(5) Kansai: as províncias de Kyoto, Shiga, Nara, Wakayama, Mie, Osaka, Hyogo

(6) Chugoku: as províncias de Okayama, Hiroshima, Yamaguchi, Tottori e Shimane

(7) Shikoku: as províncias de Ehime, Kagawa, Tokushima e Kochi

(8) Kyushu: as províncias de Fukuoka, Oita, Nagasaki, Miyazaki, Kumamoto, Kagoshima e Saga.

(9) Okinawa: é a ilha que fica no extremo sul. Nos dados de Okinawa estão incluídos 6 pessoas de Korea

Tabela 03: Distribuição dos imigrantes japoneses da Região Norte (1964)

Estados	Total	Geração		Residência		Sexo	
Municípios	N.A	Imigrantes	Descendentes	Urbano	Rural	M	F
Amazônas	760	408	352	144	616	417	343
Itacoatiara	85	36	49	7	78	48	37
Itapiranga	35	20	15		35	21	14
Manacapuru	78	67	11		78	40	38
Manaus	215	137	78	63	152	117	98
Maués	56	22	34	6	50	31	25
Parintins	162	78	84	53	109	87	75
Urucurituba	62	21	41	8	54	31	31
Outros	67	27	40	7	60	42	25
Pará	4.467	3.272	1.195	380	4.087	2.457	2.010
Alenquer	91	59	32	49	42	46	45
Juruti	29	14	15	3	26	16	13
Monte Alegre	398	339	59	16	382	223	175
Oriximiná	27	7	20	3	24	13	14
Santarém	53	27	26	30	23	28	25
Outros do oeste	14	9	5	4	10	9	5
Ananindeua	421	326	95	29	392	232	189
Barcarena	85	55	30	7	78	48	37
Belém	527	271	256	196	331	301	226
Bragança	45	39	6		45	24	21
Capanema	48	22	26	28	20	22	26
Castanhal	21	17	4		21	14	7
Guamá	67	64	3		67	34	33
Inhangapi	299	286	13		299	169	130
Santa Izabel do Pará	648	555	93		648	359	289
Tomé-Açu	1.659	1.147	512	11	1.648	897	762
Outros municípios do nordeste do PA	35	35	0	4	31	22	13
Acre	3	1	2		3	1	2
Rondônia	157	132	25		157	83	74
Roraima	79	65	14	2	77	42	37
Amapá (omisso)							
Total	5.466	3.878	1.588	526	4.940	3.000	2.466

Fonte: Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa (1964) -input-Muto, 2010

Tabela 04: Imigrantes e descendentes em outras colônias espontâneas da Região Norte (1981, 1983, 1988)

Posição	Em 1981		Em 1983		Em 1988	
	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas
PARÁ						
Santa Izabel do Pará	174	870	127	633	178	874
Castanhal	144	678	180	820	240	937
Igarapé-açu	66	130	37	180	40	169
Santa Maria do Pará	90	450	24	181	24	127
Capanema	50	250	32	156	32	129
Capitão Poço	21	105	24	131	16	96
Moju	56	265				
Bujaru	19	195	22	11		
Santarém	45	201	75	308	85	332
Nova Timboteua			31	120	19	75
Abaetetuba			56	265	55	233
Imperatriz					20	85
Outros municípios			320	1750	604	2.453
AMAZONAS						
Manaus			20	89		
Outros municípios			350	1607	378	1865
RORAIMA						
Boa Vista			11	64	12	67
RONDÔNIA						
Ariquemes			49	164	69	275
Jiparaná			90	486	70	257
Outros municípios					120	363
ACRE						
Rio Branco					26	110
TOTAIS	665	3.144	1.448	6.965	1.988	8.447

Fonte: Elaborado pela autora com dados dos Relatórios da JAMIC/JICA (JAPAN..., 1978, 1981, 1983, 1988 e 1991 e APANB (2001) -input-Muto, 2010

As amostras apresentadas acima dão todo um ordenamento da circulação desses migrantes desde 1908 até 1988, o que inclui suas províncias de origem no Japão, totalizando um fluxo migratório para o exterior de 186, 272 de japoneses antes da Primeira Guerra Mundial, enquanto anos mais tarde após a Segunda Guerra Mundial vamos ter uma estimativa de 42.631 migrantes nipônicos saindo do Japão para o exterior, o que totaliza 228.903, imigrantes segundo dados apontados por, Muto (2010). Já em 1964, vamos ter na região Norte, conforme a tabela 03, um total de 5.466, japoneses, dentre eles 3.878 são migrantes e 1.588 são descendentes de migrantes, divididos em 3.000 sendo do sexo masculino e 2.466 do sexo feminino.

Enquanto isso podemos perceber que na base de dados da tabela 03, contém uma ausência de informações referente ao Amapá, apontados como “omisso”, o que nos permite

reforçar mais ainda a importância de estudos e levantamentos da referida localidade, contudo Muto (2010) traz outros apontamentos de sua pesquisa que nos mostram alguns dados migratórios de diversas famílias nipônicas com mais precisão e também de sítios povoados pelos migrantes conforme descrito na tabela 04 e 05, e nesse caso podemos observar que o Amapá tem dois movimentos de povoamento nipônicos, sendo as colônias as direcionadas de Mazagão, Fazendinha e Matapi, e as colônias espontâneas que foram as de Macapá, Santana e Campo Verde, exemplificada por Muto (2010). Entre suas análises das colônias ao que se refere acerca do Amapá e Pará, a autora segue apontamentos no que tange “às tentativas de colonização no Amapá”, que trata do movimento de migração dirigida dentro do Norte do Brasil no período pós-guerra.

Apesar de as primeiras famílias destinadas à colônia do Matapi receberem grandes lotes de terras com 30 hectares, ao chegarem na localidade as mesmas foram alojadas em barracões cobertos sobre palha e com divisões em lona que abrigariam as 24 famílias, esse contingente dividido em grupos seriam responsáveis por construir suas próprias moradias, o que levava em torno de 4 meses, é importante pontuar que essas terras foram divididas aos japoneses residentes na colônia do Matapi e distribuídas pelo Departamento de Produção do Governo do Amapá, como descreve a autora. O Amapá, que na época era Território Federal recebeu sua primeira leva migratória de japoneses em 1953, que vieram de Kobe no dia 31 de julho no navio África Maru, em setembro do mesmo mês, ao chegarem no porto de Icoaracy localizado em Belém seguiram transferidos para o navio Araguay com rumo a Macapá, dos 177 migrantes, 24 famílias foram alocados na colônia do Matapi como foi descrito anteriormente com a finalidade do cultivo de seringueiras, já as 5 outras famílias foram designadas para a colônia da Fazendinha, responsáveis pelo cultivo de hortaliças.

Já em 1954 quando chegaram a segunda leva de imigrantes japoneses para o TFAP, transportados pelo então navio Brazil Maru, que iniciava sua viagem inaugural entre Japão e Brasil, o mesmo adentrara as terras da região Norte em 31 de agosto do referido ano no porto de Icoaracy, dentre os diversos tripulantes que seriam direcionados para diversas colônias, sendo 123 pessoas destinadas ao Amapá, seguindo o mesmo processo de viagem, embarcados no Rebocador Araguay, atracando no Amapá em 3 de setembro no porto Eliezer Levy, os mesmos ficaram alojados em barracões abertos à margem do rio Amazonas nas proximidades da Fortaleza de São José. Seus destinos eram Colônias do Matapi e Fazendinha, sendo 21 famílias, das quais 16 famílias eram compostas de 96 pessoas com destino ao Matapi, já para Fazendinha foram designadas 5 famílias contendo 27 integrantes, totalizando os 123 migrantes relatados anteriormente.

Somente anos mais tarde, em 1957 foi constituída a terceira leva migratória para Amapá, composta de 7 famílias de 43 indivíduos destinados a Mazagão Novo, os mesmos receberam uma área equivalente a 5.000 hectares de terra, vale ressaltar que no caso de Mazagão, em 1955, já havia tido outro contingente de famílias japoneses presente na região, contudo eram 15 famílias que vieram da fazenda de Borracha de Belterra localizada em Santarém, que residiram somente um mês em Mazagão e retornaram a Belém, devido às dificuldades enfrentadas na região, sendo que estes ficaram abrigos em terrenos em área de várzeas que sofrera inundações durante as enchentes recorrentes do inverno, algo que de fato geraria diversos infortúnios aos recém-migrantes ali estabelecidos, com isso se fixaram em Tapanã localidade ao redor de Belém como descreve Muto (2010), fatores esses apresentados quem em diversos momentos da fixação dessas colônias no TFAP, buscavam de alguma forma a ocupação e manutenção dos espaços na Amazônia oriental, que mesmo no caso do Amapá advento dos poucos registros da continuidade dessas famílias, sejam por dificuldades de locomoção, comercialização, financeiras, cultivo, doenças ou até mesmo adaptação, elementos estes que ressaltam mais ainda a ausência histórica desses pioneiros no Norte do país, e a preocupação de continuidade desses títulos, documentações, testemunhos e relatos para se construir o memorial histórico japonês do Amapá.

O marco zero dos japoneses no Amapá.

Entre os espaços povoados ao longo do século XX, a Amazônia sempre teve sua imponente fronteira, para se fazer o marco ocupacional desses espaços e seus grandes vazios espaciais, foram criados os Territórios Federais que compreendiam algumas localidades específicas, estas localidades estavam ajuizadas pelo decreto da Lei n.º 5.812, que instituía a criação dos Territórios Federais, datado de 13 de setembro de 1943, diante do mandato do presidente Getúlio Vargas. No entanto, tais pleitos já eram discursos recorrentes desde a década de 30 que visava desmembrar certas terras de estados específicos com intuito de manter sua administração a cargo do Governo Federal (União), para assim guiá-las ao desenvolvimento devido às suas incapacidades de autonomia financeira, estas localidades compreendiam os seguintes estados e suas localizações conforme o mapa destacado:

Mapa 02- Territórios Federais criados em 1943.



Fonte: http://jaccolodel.blogspot.com.br/2013_06_25_archive.html.

Conforme exposto no mapa acima é possível visualizar os seguintes espaços que outrora fora os Territórios Federais e suas regiões, como o Território Federal do Amapá, que era composto por três municípios sendo Macapá, Amapá e Mazagão, que recebera autonomia sendo este desmembrado do Estado do Pará; Território Federal do Iguaçu, que foi destacado dos estados do Paraná onde se localizava ao sudeste desta região e de Santa Catarina onde situava sua localização ao oeste do estado; Território Federal do Porta-Porã, que fazia parte do Mato Grosso; Território Federal do Rio Branco (Roraima), que se desmembrava do Estado do Amazonas; Território Federal do Guaporé (Rondônia) que fora separado do Estado de Mato Grosso e Amazonas; também se tinha o Território Federal do Acre, mas esta, foi constituído em 1904 como administração do Governo Federal pelo decreto n.º 5.188, de 7 de abril de 1904.

Como o Amapá fora estabelecido em administração e unidade federativa em decorrência da sua transformação em TFAP, em 27 de dezembro do mesmo ano de 1943, houve a nomeação do primeiro governador local, o então capitão do exército, Janary Gentil Nunes, oriundo de Alenquer-PA, que governou o estado por mais de 10 anos, entre os anos 1944 e 1956. Já durante a década de 50 o estado tinha uma população estimada em 37.467 habitantes conforma os dados apresentados por Dias (2013), e 37.777 segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE da situação demográfica do Brasil na data dos recenseamentos gerais, ambos apresentam uma leve divergência de um para o outro no que tange os dados apresentados na tabela seguinte:

Tabela 05: População no Território do Amapá, segundo a situação do município, nos anos de 1950.

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	TOTAL	POPULAÇÃO SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO					
		URBANO		SUBURBANO		RURAL	
		AB.	REL.	AB.	REL.	AB.	REL.
1.AMAPÁ	8.794	1.227	14%	538	6%	7.029	80%
AMAPÁ	4.304	865	20%	278	6%	3.161	73%
APOREMA	2.507	-	-	-	-	2.507	100%
CALÇOENE	1.963	362	18%	240	12%	1.361	69%
2.MACAPÁ	20.594	4.215	20%	5.853	28%	10.526	51%
MACAPÁ	14.482	3.987	28%	5.761	40%	4.734	33%
BAILIQUE	4.778	74	2%	11	0%	4.693	98%
FERREIRA GOMES	1.334	154	12%	81	6%	1.099	82%
3.MAZAGÃO	5.095	668	13%	335	7%	4.092	80%
MAZAGÃO	1.000	403	40%	198	20%	399	40%
BÓCA DO JARI	1.606	71	4%	91	6%	1.444	90%
MAZAGÃO VELHO	2.489	204	8%	46	2%	2.239	90%
4.OIAPOQUE	2.984	565	19%	489	16%	1.930	65%
OIAPOQUE	1.238	469	38%	465	38%	304	25%
PONTA DOS ÍNDIOS	1.746	96	5%	24	1%	1.626	93%
TOTAL	37.467	6.675	18%	7.215	19%	23.577	63%

Fonte: Jornal Amapá (1950) input- Dias, 2013.

Tabela 06: População no Território do Amapá, segundo a situação demográfica de 1950- IBGE.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

33

ESTADO DA POPULAÇÃO

I — POPULAÇÃO DO BRASIL NA DATA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS

2. DISCRIMINAÇÃO, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

b) Composição da população presente

a) Segundo a situação do domicílio (quadros urbano, suburbano e rural) —
1.º-IX-1940 e 1.º-VII-1950

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE							
	EM 1.º-IX-1940				EM 1.º-VII-1950			
	Total	Situação do domicílio			Total	Situação do domicílio		
		Quadro urbano	Quadro suburbano	Quadro rural		Quadro urbano	Quadro suburbano	Quadro rural
Norte								
Guaporé.....	...	...	...	...	36 935	7 379	6 437	23 119
Acre.....	79 768	9 751	4 387	65 630	114 755	15 263	6 009	93 483
Amazonas.....	438 008	72 652	32 137	333 219	514 099	80 187	57 549	376 363
Rio Branco.....	...	...	...	...	18 116	4 663	469	12 984
Pará.....	944 644	239 355	47 510	657 779	1 123 273	186 226	202 785	734 262
Amapá.....	...	...	...	...	37 477	6 685	7 215	23 577

13

Fonte: serviço nacional de recenseamento IBGE- biblioteca- (1953)

Elementos estes que se fazem importantes do período supracitado, visto que a população do TFAP seguia um progressivo crescimento, e como vemos na tabela 05 acima, grande parte da população era predominante no campo, apesar de 20.594 dessas pessoas apareciam na amostragem da totalidade da capital Macapá, Dias (2013) esclarece que 51% de seus domiciliados eram do campo, mas que 55% da população de forma geral estava concentrada no centro urbano e suburbano do território, sendo que a dimensão territorial de Macapá era de 23.843 km², relativamente menor do que tange atualmente. Vale frisar, que sempre houve uma preocupação em questão ao crescimento urbano desordenado, visto que haviam políticas que promoviam o estímulo da fixação da população no campo, estas políticas consistiam no Plano de Colonização do Amapá, que se constituiu por todo um processo histórico através da ocupação desta região, com isso a manutenção dos núcleos coloniais e a organização de colônias agrícolas, promoviam uma certa reordenação dos espaços para a fixação dessas populações que chegara no TFAP.

Acerca das mudanças ocorridas durante a metade da governança de Janary Nunes, em aspectos sociais, se deu em parte pela integralização do serviço público na região, construção e

¹³Ver: <https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1953/populacao_m_1953aeb_002.pdf>

reforma urbanística, saneamento, ampliação do sistema educacional do estado assim como a criação da maternidade e hospitais que incluem postos de atendimento médico, reordenação e ampliação dos espaços agrários como a criação de polos agrícolas que visavam a produção e abastecimento tanto da capital como local, como o Posto Agropecuário de Fazendinha e a Colônia Agrícola do Matapi.

A colônia Agrícola do Matapi, teve sua fundação em fevereiro de 1949, tinha sua localização nas proximidades do Rio Matapi, no Município de Porto Grande entre a colônia do Matapi e o Porto Grande estimasse uma distância de 20km, e da capital Macapá 120km, embora a localidade já existisse muito antes, pois se entendia que a exploração dessa região com abertura de estradas promovia o acesso ao Porto Grande e o município vizinho Ferreira Gomes.

De acordo com o *Diário do Amapá*¹⁴ na colônia durante a década 1950, já residiam mais de 100 pessoas e já existiam mais de 17 casas e diversas roças que ficavam nas proximidades na vila, sua fundação tinha como principal objetivo ser uma colônia de cultivo e exploração, sua população era composta por famílias nordestinas e famílias oriundas do território para cultivo de frutas, hortaliças e em parte na “exploração da borracha”. Isso se deu, pelo fato ocorrido, referente a ocupação da região que produzia borracha que havia sido tomado pela ocupação das tropas japonesas na região do Pacífico, situado no sudeste Asiático, Indonésia e a Malásia, o que limitava o abastecimento dos Estados Unidos, pois seus fornecedores estavam em parte nessa região, levando-os requerer ao Brasil para manterem seu subsídio de forma exclusiva que servia como matéria prima para o abastecimento dos estadunidenses no período da Segunda Guerra Mundial e pós-guerra e para empresas como Indústria de Comércio de Minérios S.A- ICOME¹⁵, de acordo com Renha (2017).

O acesso à localidade onde está situada a Colônia do Matapi, como foi mencionado anteriormente tem por volta de 20km de distância do município mais próximo, contudo seu acesso é por estrada de piçarra e terrenos irregulares com vias dispostas por diversas ladeiras e ramal, o tempo gasto para se chegar devido às condições da estrada de acesso é de 1h30 min, a 2 horas por via rodoviária, de acordo com Muto (2010).

A Fazendinha como era denominada antigamente, é um distrito de Macapá, agora a partir de 2020 foi oficializado como bairro, somando com os demais bairros dentro da

¹⁴ Portal de Notícias do estado do Amapá, O jornal Diário do Amapá é originalmente ligado ao jornal Novo Fronteira, janeiro de 1993. O Diário passou a circular inicialmente às terças a sextas-feiras. Em setembro de 1995, passou a fazer sua circulação diária, exceção às segundas-feiras. Ver: <https://www.diariodoamapa.com.br/>

¹⁵ Indústria de Comércio de Minérios S.A- ICOME, era uma empresa brasileiro que atuava na exploração de manganês no município de Serra do Navio localizado no estado do Amapá, mas fez parceria com diversas empresas estrangeiras.

ordenação urbana de Macapá. inicialmente era chamado de Posto Agropecuário de Fazendinha, sua localização atualmente compreende uma área de 6.407 km², sua população é de 17.942 habitantes e 4.724 domicílios, a uma distância de 15km da capital macapaense, conforme dados do último censo de 2022 do IBGE. Sua fundação tinha como objetivo suprir as necessidades da capital com espaços para criação de gados, criação de pastagem, cultivo de plantas e hortaliças e fazendas, exemplo da estrutura de planejamento dessa localidade se visível na foto aérea abaixo que apresenta todo a dimensão e organização da região da fazendinha na década de 50.

Figura 11: Foto aérea do Posto Agropecuário da Fazendinha década de 1950.



16

Fonte: biblioteca IBGE (2025)

Outro ponto a ser destacado é o município de Mazagão, Laurent Vidal em sua obra “Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico” (2008) destaca que a Mazagão que conhecemos localizada no Norte do Brasil em meio ao coração da Amazônia, teve sua fundação fruto da política de Portugal para Marrocos, no período do século XVI, que tomava frente ao movimento de expansão e catequização dos infiéis em terras dominadas pela coroa da Península Ibérica, que pertenciam em suma parte aos mouros, mas que estavam por domínio de Portugal ao norte de Marrocos, entre diversos conflitos ao longo de décadas, fez com que a Cidade de Mazagão

¹⁶ Ver: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440457>>

que era chamada pelos portugueses de Santa Cruz do Cabo Gué, situado na região de Dukkala no Norte da África, que segue desperto e vigilante, devido à invasão dos mouros, o cerco formado tinha um destacamento de 120 mil soldados. O então Rei de Portugal Dom José I, dirigiu as ordens a serem proferidas pelo então I ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marques de Pombal, preceituando a evacuação das famílias, que segundo Dias (2008), totalizavam-se mais de 2 mil pessoas da cidadela, evacuadas em 11 de março de 1769, com destino ao novo mundo direcionados para Amazônia como meio de ocupação e demarcação dos espaços devolutos e pela presença portuguesa na região, visto que para a chegada dos mazaganenses na região do Grão-Pará e Maranhão, houve todo um itinerário seguido pelas famílias que migraram desde sua permanência em Lisboa até seu abalroar em Belém.

Tabela 07: Habitantes Evacuados de Mazagão em 11 de março de 1769.

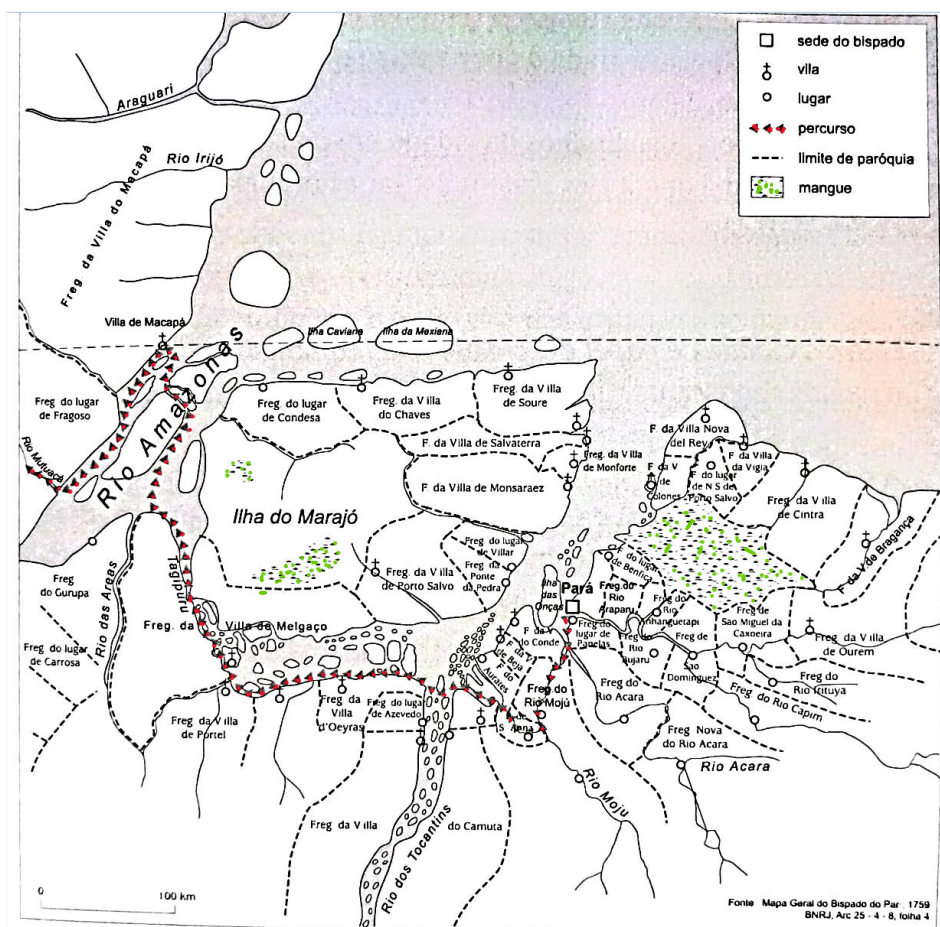
	Famílias	Pessoas
Famílias com um homem como chefe de família	375	1.659
Famílias com uma viúva como chefe de família	51	211
Soldados contados sozinhos ou em grupo	31	200
Mulheres contadas sozinhas ou em grupo	8	18
Padres que vieram sozinhos	4	4
Total	469	2.092

Fonte: Dias (2008) p.57.

Mas para os mazaganenses que atravessaram o Atlântico só lhes restavam esperar o próximo destino, apesar que estavam vivendo todo o desdobramento que se estendia entre os anos de 1776 e 1770, o que acabou culminando nas diversas situações oriundas da vida humana, como: mortes por causas naturais, outros constituíram família em Belém, uns se casaram e seguiram para outras localidades, crianças nasceram, todos esses fatos que são elementos inerentes a vida humana. Somente a partir de 23 de maio 1771, os que permaneceram foram divididos em pequenos grupos com destino a cidade conhecida de Nova Mazagão, embarcados em pequenos barcos seguindo viagem nas águas do rio Amazonas.

Criada em 1770, a cidade colonial de Nova Mazagão, teve todo um preparo para receber os colonos mazaganenses oriundos do Marrocos para adentrarem a Amazônia e fixarem povoamento localizada as margens do rio Mutuacá, todo processo de traslado das famílias foram feitos por barcos adaptados a partir de canoas indígenas, que conduzia as famílias com maior facilidade pelos rios entre Belém e Nova Mazagão como podemos apreciar no mapa 03 abaixo:

Mapa 03: Rota de navegação das Famílias entre Belém e Nova Mazagão.



Fonte: Dias (2008) p.159. Adaptado pelo autor.

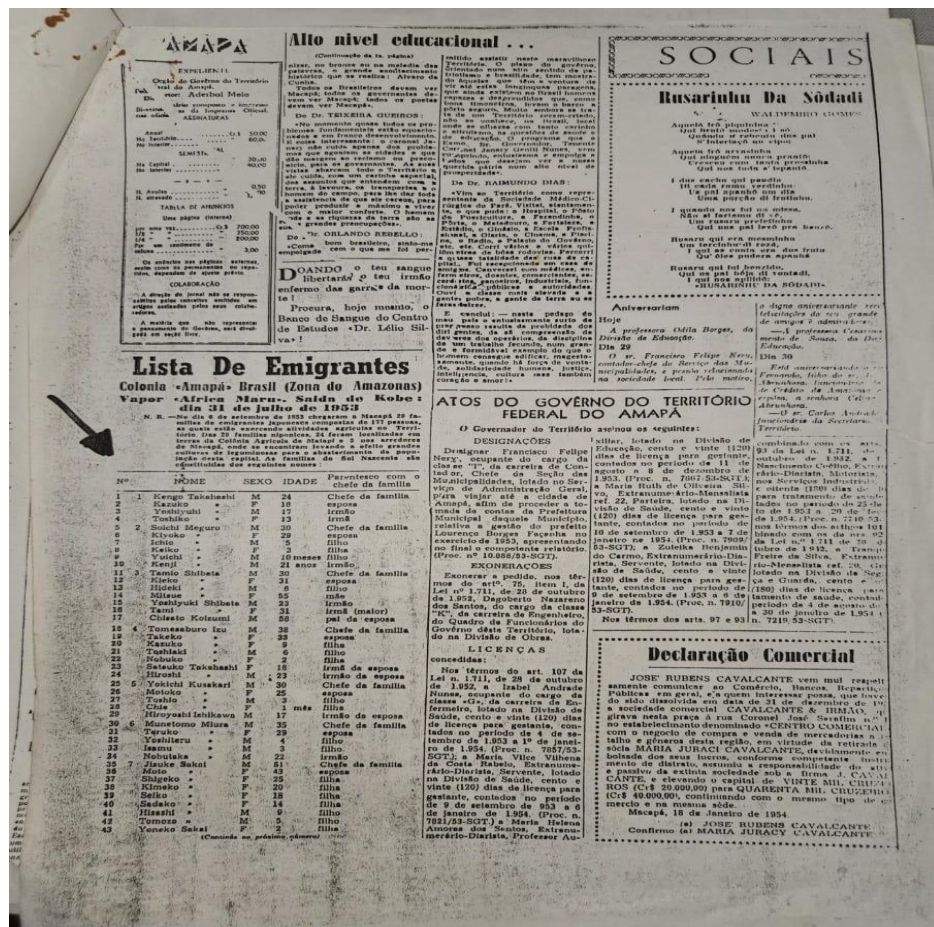
Os moldes que fundaram a Nova Mazagão se baseiam em projetos e plantas da antiga Mazagão do Norte da África, entre os anos de 1770 a 1781, que foi marcado pelo seu grande desenvolvimento no norte do Brasil em meio a Amazonia, sobretudo durante a primeira metade do século XIX, Nova Mazagão passava por uma densa crise econômica e era acometida por surto de cólera vitimando dezenas de famílias, com isso se intensificaram discussões da possibilidade de isolamento da localidade e transferência das famílias para Macapá, mas por questões políticas no início do século XX, em 9 de julho de 1915 fora sancionada a lei municipal garantindo assim a transferência da sede municipal e parte da população para Vila Nova de Anauerapucu, pelo então intendente à época Alfredo Valente Pinto, que por meio da mesma lei era criado Mazagão Novo, assim se refere Dias (2008).

Atualmente existem distinções destas localidades, que se faz esclarecer para fins de entendimento, O que outrora se chamava Nova Mazagão, hoje é denominada de Mazagão Velho, que ainda perpétua traços históricos e tradições coloniais, sendo um distrito de Mazagão Novo; Já Mazagão Novo, que fora criado em 9 de julho de 1915, que foi nomeada inicialmente

de Vila Nova de Anauerapucu, agora sendo somente reconhecida como Mazagão Novo e sede municipal de Mazagão, que fica localizada as margens do rio vila e rio Beija-Flor, sua população como município é estimada por 23,575 habitantes, tendo sua área territorial de 13.294,778 km², apresentados na última atualização referente ao censo do IBGE de 2022. Mas também existe o distrito de Anauerapucu, que é ligado diretamente ao Município de Santana, sendo que o distrito Anauerapucu é o que marca os limites entre os municípios de Mazagão e Santana.

Em todos os momentos relatados dos espaços povoados e fundados no estado do Amapá, vemos questões semelhantes e com características em comum, como desenvolvimento, povoamento, extrativismo e produção agrícola, e é por esses apontamos que tange as diversas famílias nipônicas que sitiaram os espaços dentro das colônias no TFAP, ou melhor dizendo “às tentativas de colonização no Amapá”, que trata do movimento de migração dirigida, dentro do Norte do Brasil no período pós-guerra. Assim os interesses plantados durante o governo Vargas que incentivava a migração para Amazônia como incentivos de um país progressista, abraça diversas causas e atendia diversos interesses de exploração na região, no caso do governante Janary Nunes, que viu nessa oportunidade da migração direcionada para as colônias do Amapá a chance de enaltecer seu compromisso com o território e de atender as necessidades locais, acerca dos interesses de estatais instaladas no Amapá como no caso da ICOME.

Apesar dos migrantes seres essenciais como mão de obra para a exploração e povoamento de localidades mais afastadas da capital, somente a partir de 1953 o Território Federal do Amapá, contava com a chegada dos primeiros migrantes japoneses, que aos olhos de Janary Nunes eram pessoas promissas para a colonização e trabalho no campo, tais expectativas eram tão expressamente apresentada dentro do debate interno governamental que Clovis Penna Texeira, declama em uma coluna do *Jornal Amapá*, um parecer acerca dos dekasseguis no Amapá – Que não se tinham aversão dos nipônicos ou qualquer outro migrante que venha residir em terras brasileiras ou até mesmo no TFAP, mesmo estes tendo que migrar por diferentes circunstâncias, ou até mesmo serem levados a abandonar seus lares, reafirma, que os japoneses dentre qualquer outro migrante que se apresentaram eram os mais bem adaptados e se destacavam pela sua qualidade de vida e facilidade para o trabalho, com boas técnicas e sem muita exigência. E ainda destaca dizendo que ao contrário do que se pensava, insinuando que tais migrantes japoneses eram um perigo a nação, estes estavam muito mais dispostos a aproximação cultural, do que nós a aceitar sua cultura e lhes apresentar a nossa, reforçando o contingente que promovera a subsistência e cultivo de alimentos para nossa região.

Foto 01: Tabloide do *Jornal Amapá* de 1953.

Fonte: arquivo pessoal, 2022.

No tabloide do *Jornal Amapá*, que era distribuído semanalmente, sendo um dos principais meios de comunicação da época do estado, trazia em sua edição 505 e 506, a coluna noticiando o adentramento dos migrantes da Terra do sol nascente.

Sendo assim, no dia final de junho de 1953, o navio *África Maru*, saía de Kobe, tendo como destino a localidade de Icoaracy em Belém, trazendo diversas famílias japonesas rumo ao novo mundo, com suas viagens já programadas, estas famílias ao aportarem no início de setembro, logo foram transferidos para o navio *Araguay*, e então, no dia 6 de setembro não se passara menos de uma semana chegavam em Macapá os inauguradores japoneses da primeira de três levadas que seguiram com destino ao TFAP.

**Tabela 08: Relação dos imigrantes do TFAP- Famílias de Matapi e Fazendinha -
1953 - 1º Leva**

Navio África Maru		NºF.	Origem		Destino	Mobilidade
Ordem	Chefe de Família		Região	Província	Colônia	Deslocamento
1	ASAHI, Toshio	7	Chubu	Shizuoka	Matapi	São Paulo
2	ENDO, Shoroku	8	Chubu	Gifu	Matapi	Macapá-AP
3	FUJISHIMA, Matao	6	Kyushu	Kumamoto	Fazendinha	Sta.Izabel- PA
4	HAVASHI, Katsumi	8	Chubu	Gifu	Matapi	Macapá-AP
5	HAVYASHIDA, Hiroichi	5	Chugoku	Hiroshima	Matapi	Macapá-AP
6	IZU, Tomesaburo	7	Tohoku	Miyagi	Matapi	São Paulo
7	KIVYOL, Manabu	7	Shikoku	Ehime	Matapi	Tomé-Açu-PA
8	KOGA, Toshio	10	Kyushu	Fukuoka	Matapi	Goiás
9	KUBOTA, Gohei	5	Chubu	Gifu	Matapi	Macapá-AP
10	KUSAKARI, Yokichi	5	Tohoku	Fukushima	Matapi	Macapá-AP
11	MEGURO, Shoichi	6	Tohboku	Miyagi	Matapi	Macapá-AP
12	MIURA, Munetomo	5	Tohboku	Miyagi	Matapi	São Paulo
13	MORI, Haruyoshi	5	Chubu	Gifu	Matapi	São Paulo
14	NAKAGAWA, Shoichi	5	Chubu	Shizuoka	Matapi	São Paulo
15	NAKAMURA, Tsuyoshi	5	Sem dados	Sem dados	Fazendinha	Paraná
16	NAKANO, Yukisada	6	Chugoku	Hiroshima	Matapi	São Paulo
17	OGATA, Magozo	3	Tohoku	Fukushima	Matapi	Porto Grande-AP
18	OYA, Mutsuo	4	Kansa	Mie	Matapi	Tomé-açu-PA
19	SAITO, Yasuki	7	Tohoku	Fukushima	Matapi	Japão
20	SAKAI, Jisuke	9	Tohoku	Fukushima	Fazendinha	Macapá-AP
21	SAKATA, Yasutaro	8	Kansal	Nara	Matapi	Castanhal-PA
22	SANADA, Chuhei	6	Chubu	Nagano	Matapi	Santana-AP
23	SEO, Seiji	5	Tohoku	Fukushima	Matapi	Santarem-PA
24	SHIBATA, Tamio	7	Tohboku	Miyagi	Matapi	Tomé-Açu-PA
25	SUDA, Haruichi	7	Sem dados	Sem dados	Fazendinha	São Paulo
26	SUZUKI, Shigeru	5	Sem dados	Sem dados	Matapi	Belém-PA
27	TAKAHASHI, Kengo	4	Tohboku	Miyagi	Matapi	Japão
28	YASUE, Kingo	5	Chubu	Gifu	Matapi	São Paulo
29	YOSHIDOME, Yoshiyuki	7	Kyushu	Kagoshima	Fazendinha	Macapá-AP
Total: 29 Famílias		Total de Familiares:177				

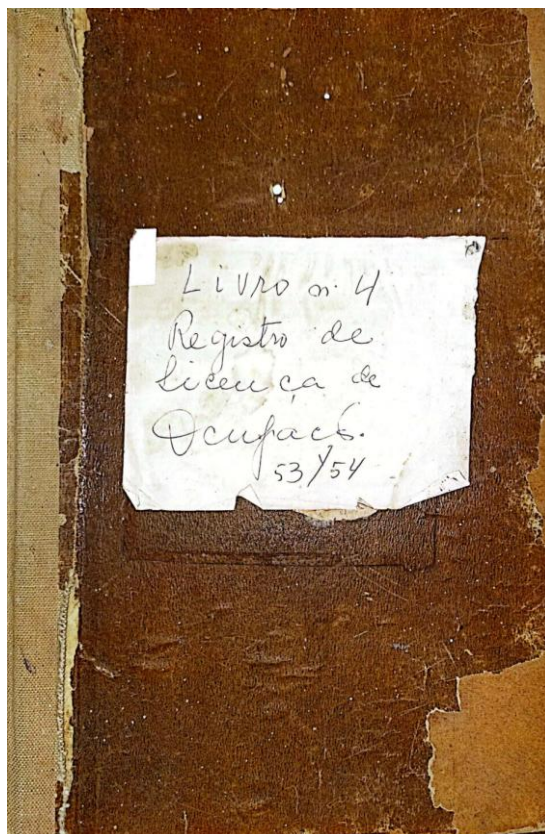
Fonte: Muto (2010), p.338. Adaptado pelo autor.

A tabela acima traz detalhadamente o número de famílias, a autoridade de cada família além de conter as províncias de origem, região, e destinação dos migrantes, consoante as informações obtidas por Muto (2010), e seus acessos aos jornais da década de 50, e dos familiares remanescentes entrevistados.

Logo, estes se encontravam distribuídos entre os dois dispositivos coloniais citados na tabela 08, dos 177 migrantes, 24 famílias foram dirigidas a colônia do Matapi, como segue descrito nos apontamentos anteriores, com o propósito de desenvolverem o cultivo de seringueiras e agricultura, das 5 outras famílias, seu destino se sucederam com os desígnios para a colônia da Fazendinha, sendo estes, responsáveis pelo cultivo de hortaliças. Analisando os documentos de posses de terra do Instituto de Terras do Estado do Amapá – AMAPÁ TERRAS, foi possível constatar cada família que esteve na colônia do Matapi em 1953 e 1954,

contendo a descrição de cada pedaço de terra que lhe foram entregues para residirem e construírem suas moradias, abaixo temos do Livro de Registro de Ocupação.

Foto 02: Livro de Registro de Ocupação de Terras- 1953-1954.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Também apresento parte do texto, sendo este transcrito para um melhor entendimento de como foi registrado na seção de terras e a licença para ocupação desses espaços na Colônia do Matapi, como vemos a seguir:

[...] *Eu Raimundo Expedito do Amaral, Chefe da seção de Terras.*

Faço saber que, tendo NOME DO MIGRANTE, Japonês, casado, agricultor, residente na Colônia Agrícola do Matpi, requerido Lic. de Ocupação de uma área de terras devolutas não existindo terreno de marinha no lugar denominado Lote N° X, Munn. de Macapá nos termos do parag. 1° do Art.133 e parag. Único do Art. 203 do Dec – lei n°9.760, de 5 de setembro de 1946, o Exmo. Sr. Governador deste Território Federal do Amapá, usando de suas atribuições legais, manda lhe seja concedido a presente Lic. de Ocupação, ressaltando os direitos de terceiros, fazendo ainda o requerente a seguinte declaração: que tendo apresentado todos os documentos exigidos pela legislação em vigor, de acordo com o que estabelece os art. E parags. Do Dec- lei acima citado, conforme se verifica de sua petição inicial de 23.10.53, lote este situado na Colonia Agrícola do Matapi, Munn. de Macapá. Com 50h 10ª 00c, distando da faixa de fronteira mais de trezentos (300) quilômetros que o suplicante pretende para dar início aos trabalhos de exploração da indústria Agrícola, de conformidade com o despacho final do Govêrnodo 12.3.54, baseado no Parecer desta Divisão, comprometendo-se o licenciado às exigências regulamentares[...].
(Acervo Fundiário, Instituto de Terras do Estado do Amapá – Livro de Registro de Ocupação de Terras- 1953-1954, p 630.)

Foto 03: Página do Livro de Registro de Ocupação de Terras- 1953-1954.

Foto X: Livro de Registro de Ocupação de Terras- 1953-1954.

Divisão de Terras e Colonização
 Licença de Ocupação n.º [redacted]
 Município de Macapá
 Eu, Raimundo Expedito do Amaral, Chefe da Seção de Terras,
 faço saber que, tendo [redacted], japonês, casado
 agricultor, resid. na Colônia Agrícola do Matapi, requeri-
 do Rio de Ocupação de uma área de terras devolutas,
 não existindo terreno de marinha no lugar denomi-
 nado Bote n.º [redacted], no Muni. de Macapá nos termos
 do par. 1.º do Art. 133 e par. Único do Art. 203 do
 Dec. Lei n.º 9.769, de 5 de Setembro de 1946, o Exmo. Sr. Gover-
 nador deste Território Federal do Amapá, mandando de
 suas atribuições legais, manda-lhe seja concedida
 a presente Lic. de Ocupação, ressalvados os direitos
 de terceiros, fazendo ainda o requerente a seguinte
 declaração: que tendo apresentado todos os documen-
 tos exigidos pela legislação em vigor, de acordo com
 o que estabelece os arts. e par. do Dec. Lei acima cita-
 do, conforme se verifica de sua petição inicial de 25.
 10.53, lote este situado na Colônia Agrícola do Matapi
 Muni. de Macapá, com 50 ou 10.00, distante da faixa
 de fronteira mais de trezentos (300) quilômetros, que o
 suplicante pretende para dar início aos trabalhos de
 exploração da indústria agrícola, de conformida-
 de com o despacho final do governo de 12.3.54, baseado
 no Parecer desta Divisão, comprometendo-se o licen-
 ciado às exigências regulamentares. A referida área
 de terras tem as seguintes indicações e limites: Lote
 n.º 3, situado na margem esquerda da estrada "G",
 fazendo frente (norte) para a referida estrada, limi-
 tando-se pelo lado direito (leste) com o lote n.º 1; pe-
 lo lado esquerdo (oeste) com o lote n.º 5; pelos fundos
 (sul) com terras desocupadas, medindo 300 mts. de frente.

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Esses apontamentos transcritos são elementos base de todas as outras escrituras de licença dos terrenos endereçados aos migrantes japoneses, todavia é possível observar que para respeitar a integridade do documento foram recortados pequenos trechos que especificam informais considerados por meu olhar de pesquisador de caráter particular de escrituras como nome da pessoa, número do lote e número de registro.

É importante salientar, que estas observações dos documentos expostos acima revela que as primeiras famílias designadas a Colônia do Matapi adquiriram cada uma delas, inúmeros lotes de terras, sendo cada um deles com 30 hectares, suas primeiras impressões da região, era de espanto devido ser um espaço que já continha diversos migrantes que vieram do nordeste do Brasil para trabalharem na região na exploração da borracha, e como os sítios destinados aos japoneses ainda precisava ser roçado por parte dos mesmos, acabaram inicialmente alojados em barracões cobertos de palha tendo estas divisões em lona que abrigariam as 24 famílias, segundo relatos da associação estas fotos do acervo da ANIBRAP, doado por uma das famílias da Colônia do Matapi apresenta como foram inicialmente abrigados os decasségus em terras amapaenses.

Foto 04: Barracão onde residiram as primeiras famílias japonesas da Colônia do Matapi- 1953.



Fonte: Acervo da ANIBRAP, 2023.

Foto 05: Derrubadas para a construção de casas, Colônia do Matapi- 1953.



Fonte: Acervo da ANIBRAP, 2023.

Este primeiro contingente que se seguiu dividido em grupos, tinham a missão de serem responsáveis pela construção de suas próprias moradias, como é possível ver na foto 05 acima um colono japonês em meio a diversas árvores cortadas empunhado de um equipamento de roça, tal empreendimento este que durava aproximadamente 4 meses, pois se tinha que fazer a derrubada de árvores e desmatamento dos lotes para assim conseguirem material para

construção, assim como a limpeza do espaço assentado para fundação, Muto (2010) pontua que essas terras foram divididas aos japoneses residentes na colônia do Matapi e distribuídas pelo Departamento de Produção do Governo do Amapá. Somente no ano seguinte, visto que a permanência dos nikkeis na região se seguia de forma positiva aos olhos do governo local, fora demandada a vinda de mais migrantes japoneses, como é destacado na tabela posterior.

Tabela 09: Relação dos imigrantes do TFAP- Famílias de Matapi e Fazendinha - 1954 - 2º Leva.

Navio: BRAZIL MARU		Nº.F	ORIGEM		DESTINO	MOBILIDADE
Ordem	Chefe de Família		Região	Província	Colônia	Deslocamento
1	EMOTO, Kumao	X	X	X	Matapi	São Paulo?
2	FURUKAWA, Shinichi	X	X	X	Fazendinha	?
3	HONDA, Reiji	X	Tohoku	Fukushima	Matapi	Santana-AP
4	HOSOO, Nobuo(Nobuko)?	X	Chubu	Nagano	Matapi	São Paulo?
*?	INOUE, Umeo	X	Kyushu	Fukuoka	Fazendinha	Campo Verde-AP
5	ISOGAI, Seio	X	X	X	Matapi	São Paulo
6	KAWAKAMI, Wataru	X	Kyushu	Kumamoto	Matapi	Macapá- AP
7	KISHIGAMI, Yoshizo	X	Kyushu	Nagasaki	Matapi	Brasília- DF
8	MORI, Yasuo	X	Kyushu	Nagasaki	Matapi	São Paulo?
9	MORIMOTO, Shigeru	X	Kinki	Osaka	Matapi	São Paulo?
10	MUTO, Isao	8	Tohoku	Fukushima	Matapi	Macapá- AP
11	NAGAOKA, Shigeo	X	Kyushu	Fukuoka	Fazendinha	Macapá- AP
12	NAGASAKI, Soichi	X	Kyushu	Hokkaido	Fazendinha	?
13	NOBUSAWA, Mohoichi	X	kanto	Gunma	Fazendinha	Tomé- Açú
14	ONUKA, Yunosuke	5	Chugoku	Shimane	Matapi	Macapá-AP
15	SANADA, Masashi	5	Kyushu	kumamoto	Matapi	Santana-AP
16	SEKIYA, Michinobu	X	Kyushu	Nagasaki	Matapi	São Paulo?
17	SHIBAYAMA, Yaozo	7	Kansai	Kiyoto	Matapi	Macapá- AP
18	SHIOZAKI, Koichi	X	Kyushu	Nagasaki	Matapi	São Paulo?
19	SUZUKI, Shigerato	8	Hokkaido	Sapporo	Matapi	Macapá- AP
20	TANAKA, Fukuichi	X	Kyushu	Nagasaki	Matapi	São Paulo?
21	YOSHIDA, Minoru	X	Kyushu	Kumamoto	Matapi	Macapá- AP
total	21 famílias	Total 123familiares				

Fonte: Muto (2010), p.339. Adaptado pelo autor.

Como podemos ver, a tabela 09 acima apresenta dados dos chefes de famílias e de alguns familiares, sendo os que estão com “X”, indica ausência de dados ou incerteza referente aos familiares, das fontes fornecidas por Muto (2010), também coloquei um “*” em uma coluna com o nome de “INOUE, Umeo”, pois não foi encontrado nenhum detalhamento do referido apresentar sinal de interrogação “?”, mas analisando a tabela de migrantes 1957, foi possível concluir que seja um migrante que veio acompanhado do migrante da coluna “3”, indicado que seja possível o “*” fora companhia arranjada ou designada pelos órgãos e agentes de migração para que se pudessem consolidar ambos como núcleo familiar, respeitando os demais familiares na separação da descrição.

Também se fez necessário ajustar a tabela 09 que se encontrava com ausência de dados de diversos migrantes elencados, como a ausência de províncias e regiões, mas com a busca no banco de dados da biblioteca do “Museu Histórico da Migração Japonesa no Brasil ¹⁷”, foi possível preencher algumas lacunas dos referentes dados extraídos da Dissertação de mestrado da Reiko Muto.

Como já foi dito, em 1954, acontece a chegada do segundo ciclo de migrante japoneses para o TFAP, embarcados no navio Brazil Maru, que seguia com sua viagem inaugural saindo do Japão com destino ao Brasil, o mesmo, tinha como destino as terras da região Norte, onde em 31 de agosto daquele mesmo ano, ancorava no porto de Icoaracy, dentre os diversos tripulantes que seriam direcionados para a colônia existente no Pará, se encontravam os 123 migrantes nipônicos que continuariam com destino ao Amapá.

E os métodos utilizados de passagem desses novos migrantes eram os mesmos ocorridos pelo primeiro grupo com destino ao Amapá, que consistia fazer a transferência dos tripulantes para o Rebocador Araguay, que seguiu viagem por alguns dias, até chegar no Amapá em 3 de setembro, ancorado no porto Eliezer Levy, em um primeiro momento para a organização fiscal das famílias recém chegadas, foi necessário alocá-los em barracões abertos nas proximidades de Fortaleza de São José, à margem do rio Amazonas, enquanto se faziam os preparativos para seus destinos, que neste caso eram a Colônias do Matapi e Fazendinha, como foi expressamente exposto em outros parágrafos acima.

Aos que adentram o TFAP, deste segundo grupo de familiares migrantes japoneses, que contabilizavam 21 famílias, aos quais 16 destas famílias eram compostas de 96 pessoas com destino ao Matapi, já para Fazendinha foram designadas 5 famílias contendo 27 integrantes totalizando os 123 imigrantes relatados anteriormente. Mesmo que na tabela acima 09 não seja contabilizado alguns dados dos familiares, mas que o *Jornal Amapá* por sua vez dá conta de anunciá-los.

Estas famílias, encontraram os espaços que foram ocupados pelo primeiro grupo de migrantes japoneses, de certa forma mais organizados espacialmente, pois assim poderiam contar com a ajuda e o apoio de seus conterrâneos em terras desconhecidas, mas já familiarizadas pelos discursos impostos pelos agentes de migração, o desafio enfrentado neste segundo momento não seria tão difícil como os dos migrantes inauguradores da colonização japonesa no Amapá.

¹⁷Ver: <<https://imigrantes.ubik.com.br/Busca/ListaFamilias?Navio=7&Provincia=&Ano=1952&Nome=&Sobrenome=maehara>>

Tanto a colônia do Matapi como a colônia da Fazendinha, já tinham sido preparadas para o cultivo, agricultura e até mesmo o tratamento da terra para o plantio em parte por seus antecessores, estes recém colonos não iriam sofrer amargamente com este problema, pois o que relata um dos entrevistados para o acervo Memorial da ANIBRAP, é que expressamente já se tinha abastecimento nas regiões onde estavam alocados com enlatados, como friso nesta fala a seguir; Matapi M (2023)¹⁸: “...Não tinha muita comida, então se comia muita conserva... a lixeira era cheia de conserva... vida no Matapi...”, em outros momentos também são apresentados traços da memorial da terra natal, mesmo que inocentemente disfarçado de brincadeira, Matapi C (2023)¹⁹: “...tinha muita madeira comprida que não fora cortada, e eu vivia andando para cima e para baixo acenando, como se fosse uma lembrança, lembrando dando adeus na saída do porto no Japão...”.

Esses fragmentos trazem muito da saudade daquilo que foi deixado para trás, mas que vivem em memória, como gesto entalhados nos olhares das diversas famílias que estavam a milhares de milhas de distância de seu país de origem, apesar de serem relatos de memórias de infância, que é acionada por uma fala ou por uma fotografia, trazem dados importantes como, por exemplo, a fala de Matapi F (2023)²⁰, de um dia de chuva: “...tinha uma ladeira muito íngreme, muito funda e a gente vivia brincando na vala se divertindo tomando banho de chuva...”, tal relato deixa claro, como eram as vias da estrada que levava a colônia, formados por áreas e trechos acidentados com diversas ondulações que fazem o acesso ser hostil, mas que na visão de uma criança era apenas um banho de chuva.

Sobretudo o desenvolvimento das áreas povoadas pelas famílias japonesas ganhava formas, os espaços que outrora eram tomados somente por matas e vegetações ganhavam novos moldes, conferindo vez a casas de madeiras muitas vezes rústicas por outras vezes mais acabadas, diferentemente dos primeiros barracões construídos com tetos de palha e suspensos por esteios. Essas habitações construídas eram semelhantes às casas ribeirinhas, que são moradas adaptadas e que possuem características típicas predominantes da região amazônica. Suas estruturas construtivas consistem no assoalho em madeira acima do solo, contendo muitas vezes dois telhados dispostos, um para parte central da casa e seus compartimentos internos e outro em torno da parede externa contornando toda a habitação e protegendo o pátio, denominadas de palafitas, esse estilo de moradias suspensas são comuns em áreas que sofrem com a influência dos rios evitando inundações por estarem adaptadas a essa tangente da

¹⁸ Entrevista do acervo pessoal ANIBRAP, concedida em 29 de abril de 2023, na cidade de Macapá- AP.

¹⁹ Entrevista do acervo pessoal ANIBRAP, concedida em 29 de abril de 2023, na cidade de Macapá- AP.

²⁰ Entrevista do acervo pessoal ANIBRAP, concedida em 29 de abril de 2023, na cidade de Macapá- AP.

natureza, também são construídas suspensas por fatores de estarem em terrenos instáveis ou pelo fator de muitas vezes a área de alocação estar sitiado em ambientes com alta umidade, protegendo a fundação e sua estrutura, outro dado importante é que essa característica evita a incidências de pragas comuns a diversos tipos de madeiras, e acima de tudo além de ajudar na ventilação protege as pessoas de acidentes com animais peçonhento e silvestres.

Foto 06: Moradia feita pelos japoneses- casa de palafita, Colônia do Matapi- 1954.



Fonte: Acervo da ANIBRAP, 2023.

É visível pela foto 06 todo o rigor investido pelos migrantes em construir suas residências e preservar a organização dos seus lotes naquela época, embora não dispusessem de ferramentas adequadas que facilitassem a abertura do campo em meio a mata virgem, o machado era seu fiel companheira para derrubadas de árvores, assim como facão que servia para corte de galhos e aberturas de passagens entre a mata, a enxada por sua vez, servia como ferramenta para limpeza de pequenos matos em seus terrenos e nas hortas para capinar gramados que cresciam envolta das plantações, a capina era um esforço recorrente visto pela questão climática equatorial ser bastante úmido isso facilitava o crescimento do capim e diversas vegetações o ano todo, e por estar situada sobre a linha do equador a região do TFAP, tem ocorrências de fenômenos únicos, como a elevação da temperatura em partes do ano e grandes volumes de chuvas.

Talvez todas essas condicionantes fossem o marco zero dos japoneses no Amapá, pois além do clima se tinha as doenças que acometiam parte das populações que já moravam nessas colônias desde a primeira década do século XX. Considerada a segunda causa-mortis dentro da Amazonia, no trabalho intitulado *O Morrer na Amazônia do Século XX: As condições de vida No Rio Maracá (1929-1940)*, onde faço um apanhado das comorbidades que assolavam as regiões de exploração da borracha em torno de Mazagão, pontuando o modo vida e a insalubridade que era viver em meio ao Inferno Verde, como destaco a seguir.

A segunda causa-mortis mais frequente é denominada nos registros como impaludismo ou paludismo, podendo ser crônico ou maligno. No entanto, a doença é mais frequente, é denominada nos registros como impaludismo ou paludismo, podendo ser crônico ou maligno. No entanto, a doença é mais conhecida por malária e está na lista das *moléstias dominantes* de Oswaldo Cruz, sendo considerado por ele o maior e mais grave problema sanitário da região amazônica. A malária é uma doença infecciosa febril aguda, causada por protozoários do gênero *Plasmodium* transmitidos pela picada da fêmea infectada do mosquito do gênero *Anopheles*, também conhecido como mosquito-prego. Os sintomas envolvem dores no abdômen ou nos músculos, febre, fadiga, tontura, tremor ou suor, diarreia, náusea ou vômito. (Silva; Feitosa, 2023, p. 40).

Mesmo sendo um trabalho que traz os relatos até a década de 40, ainda assim a malária durante todo o período territorial tem afligido a vida das populações interioranas, destaco este farto por falta de um planejamento sanitário para essas localidades o que ajuda na proliferação e reprodução da doença. Os japoneses relatam esse mesmo agravamento segundo Muto (2010), estes trechos de entrevistas apresentados pela autora na colônia de Fazendinha, uma família teve uma criança acometida pelo enfermo e teve que passar diversas semanas internadas no hospital da capital, como a dificuldade em falar português sempre foi algo em comum com todos os migrantes japoneses, era algo que os deixavam extremamente desconfortáveis.

Os colonos de Fazendinha se sentia por muitas vezes desacreditados no que tange a solicitação de transportes para comercializarem seus produtos e mercadorias, pois por estarem somente poucos quilômetros da capital o governo não disponibilizava nenhum apoio veicular para o deslocamento das mercadorias, o que levava os pequenos agricultores japoneses a improvisarem a locomoção com carroças e carrinhos de mão para assim poderem vender suas verduras e frutas no Mercado Central de Macapá, assim profere Muto (2010).

Enquanto isso na Colônia do Matapi, os colonos japoneses enfrentavam dificuldades parecidas, sendo a distância sua principal barreira, tanto para o município de Porto Grande como para a capital Macapá, pois mesmo tendo apoio do governo recebendo um caminhão de carroceria que fazia o transporte da produção e para serem vendidos em Macapá. Era um processo muito cansativo pelo simples fato de que eles levavam quase a metade do dia para

todo o processo, Muto (2010) expõe que em relatos os colonos japoneses de Matapi, que o caminhão levará cerca de oito horas para chegar a colônia saindo de Macapá por volta das quatro horas da matina, assim o processo inverso se dava da mesma forma de tempo gasto para chegar no Mercado Central da Capital, inviabilizando a comercialização de parte de sua demanda, no caso as hortaliças, o que era levado para Macapá e se fazia comercializar eram; farinha, milho, arroz feijão e alguns animais vivos, em todo caso quase tudo entregue para revendas, o que tornou mais favorável comercialização com vizinho mais próximo, sendo este Porto Grande, como relata o Matapi M (2023)²¹: “...eu ia vender de bicicleta verdura em Porto Grande, era muito sacrifício porque tinha ladeira grande era muito sacrifício, eu era pequenino, era desnutrido praticamente, não tinha uma alimentação sadia, a gente era muito pequenino, e naquela época nossos pais colocavam a gente para trabalhar mesmo...”.

Atividade da colheita, plantio assim como a comercialização exigia de esforço feito por todos da família, pois tudo que se arrecadava era para sua própria subsistência e manter os demais familiares, e como o homem era responsável pela família, se mantinha de certa forma um pouco das tradições culturais trazidos do Japão, como conta o Matapi M (2023)²²: “...Família japonesa, quem é primogênito que toma conta, eu sou filho caçula, mas sou primogênito, meu pai era primogênito no Japão, tanto é que eu tenho um manto da minha família, tá até guardado aí, podia até ter tirado para colocar...”

O caso de ser o primogênito é protagonizado pelo primeiro filho de um casal, nesse contexto devemos considerar que historicamente se tinha um forte laço pelo sucessor de uma linhagem japonesa ser do sexo masculino, mas no contexto atual já existem casos em que a primogenitura seja passada para a filha mais velha, se não houver filhos homens. No entanto, sendo o único filho homem, mesmo sendo o caçula nos arremete a identidade cultural de alguns povos no qual o homem é responsável por cuidar da família, contudo o Matapi M (2023)²³, era o terceiro filho, sendo as duas irmãs mais velhas, mas seguindo as tradições que fora passada para seu pai e assim para ele, este se torna o primogênito na linhagem sucessiva de sua família, que como ele mesmo destaca “eu tenho manto da família”.

A história do manto ao qual se refere o Matapi M (2023)²⁴, traz um forte laço com o Japão, como sabemos o Japão é dividido por eras, e estas eras contam a partir do reinado de uma família, e como o Japão é dividido por diversas regiões e províncias como divisões

21

22

23

24 Entrevista do acervo pessoal ANIBRAP, concedida em 29 de abril de 2023, na cidade de Macapá- AP.

administrativas que sofriam com as influências dos clãs mais antigos, a partir desse entendimento e as diversas transformações que sofreu o Japão ao longo de cada era, é possível achar o registro da sua linhagem familiar através dos órgãos governamentais que guardam os registros de todas as famílias, mas o que mais chama a atenção é que esse instrumento que faz a identificação da sua linhagem familiar é um carimbo chamado Hanko ou Inkan. Pôr o Japão possuir muitas pessoas com nomes parecidos esse sistema facilitou a distinção e o controle documental da população, geralmente esse carimbo Hanko possui a assinatura do sobrenome da família, sendo este fundamental para diversas atividades como aberturas de contas bancárias, transações, compras de bens titulados e dentre outras coisas. Então foi através do Inkan que uma família de migrantes japoneses descobriu depois de muito tempo qual era de fato sua linhagem real no Japão, mesmo estando tão distante em terras Tucujus.

Declamo que somente em 1957, o TFAP recebe a terceira leva dos migrantes japoneses, estes foram depositados no Município de Mazagão, mas diferente das outras duas colônias de Fazendinha e Matapi, a Colônia de Mazagão só era acessível por meio de dois contrapontos onde se fazia a condução por estrada e depois por meio fluvial e novamente por meio terrestre, isso seria em parte um problema pelo simples fato das famílias migrantes que se alojaram em Mazagão estariam de certa forma por conta própria e tecnicamente ilhados.

Como Mazagão já existia há mais tempo e já havia enfrentado atribulações e mudanças devidas as condições de insalubridades, e o denso clima sem esquecer a própria geografia da região, entendia-se que já se tinham um destino certo para os colonos japoneses, que era deixá-los assentados em áreas de várzeas com mata densa, e terrenos irregulares, com moradias em palafitas, sobre o terreno úmido, mas não inundado. Não tão diferente das famílias de Fazendinha, os japoneses que viviam em Mazagão também sofreram doentes devido à malária, e enfrentaram os mesmos problemas que seus conterrâneos da colônia de Fazendinha.

Tabela 10: Relação dos imigrantes do TFAP- Famílias de Mazagão - 1957 - 3º Leva

Navio: BRAZIL MARU		Nº.F	ORIGEM		DESTINO	MOBILIDADE
Ordem	Chefe da Família		Região	Província	Colônia	Deslocamento
1	KITANO, Sussumu	X	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Campo Verde- AP
2	NISHI, Takayoshi	X	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Campo Verde- AP
3	SAKAGUCHI, Kesaichi	6	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Campo Verde- AP
*	Maehara, veio c/Sakaguchi	2	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Campo Verde- AP
4	SHIRAZU- 2 irmãos	X	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	São Paulo
5	SHIRAZU- 2 irmãos	X	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	São Paulo
6	TAKESHITA, Suminori	5	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Campo Verde- AP
*	Shimokozono, veio c/Takeshita	2	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Tomé- Açú- PA
7	TATENO, Yoshio	6	Kyushu	Kagoshima	Mazagão	Campo Verde- AP
Total	7 famílias	Total 43 famíliasres				

Fonte: Muto (2010), p.340. Adaptado pelo autor.

Como já havia dito, somente anos mais tarde, em 1957 foi constituída a terceira leva migratória para Amapá, conforme é mencionado na tabela 10 acima, neste quadro disposto temos duas linhas com o caractere “*” autoexplicando no decorrer das linhas o vínculo das pessoas destaca a outra pessoa enumeradas, mas não confirma se são familiares ou parentes, contudo podem ser acompanhantes que logo depois casaram, se forem este o caso a conjuge assume o sobrenome do esposo, dubitavelmente sendo a melhor interpretação do quadro apresentado.

Sendo este grupo migrantes japoneses, compostopor 7 famílias de 43 indivíduos destinados a Mazagão Novo, aos mesmos foram entregues a uma área equivalente a 5.000 hectares de terras que estavam constituídas de terrenos altos e baixos por um vasto trecho com áreas de várzeas, como já havia ressaltado, antes da chegada da terceira leva com destino a Mazagão, em 1955, a localidade já havia sido moradia de outro ajuntamento de famílias japonesas. Na época, foram 15 famílias que vieram da fazenda de Borracha de Belterra localizada em Santarém, que residiram por um período curto de um mês em Mazagão, e devido às inúmeras dificuldades enfrentadas retornaram a Belém, em Tapanã onde acabaram se estabelecendo, como desenvolve Muto (2010).

As plantações que existiam na colônia de Mazagão sofriam com ataque de pragas recorrentes, tanto as hortaliças como as mudas de seringueiras eram alimentos para as diversas espécies de formigas como as saúvas que são um tipo de formiga cortadeira, que como o nome já diz, elas podam as folhas das plantas e lavam para o ninho. Com o enfrentamento desta praga comum na região os migrantes japoneses empregaram mais atividades rentáveis em seu plano de atividades agrícolas, além do arroz, mandioca, milho, feijão, macaxeira e hortaliças se tinha inserção da produção de carvão.

Diante de todos esses fatores apresentados, devemos pensar que a vida dos colonos japoneses não era somente trabalho, mas que seu cotidiano era totalmente diferente da vida levada hoje em Macapá, a pobreza de recursos tanto matérias como estruturais os colocavam em situações como as de diversos moradores em comum nessas colônias, onde o abastecimento de água se fazia com poço amazonas, entendesse que um poço era usado por uma ou diversas famílias, cada uma com seu balde e cordas que desciam o latão até o fundo do poço para se retirar água ou em outros caso a retirada de água era do igarapé, fogões de barros com fogo a lenha, as lamparinas substituam a energia elétrica, as roupas quando não eram lavadas em baldes eram higienizadas nas margens dos igarapés, exprime Muto (2010) acerca das adversidades enfrentadas pelos japoneses, sem escolas em Mazagão e Fazendinha muitos iam morar de favor em casas de conhecidos ou de cliente das famílias japonesas, mas esse favor era

compensado com trabalho onde os filhos dos migrantes além de estudarem tinham que trabalhar para assim permanecerem acomodados.

Enquanto na Colônia do Matapi, as crianças estudavam até o primário do ensino básico, que é equivalente ao ensino fundamental, como ele exprime-se “...Quando tinha 5 anos de idade começou a estudar na Escola Rural Colônia do Matapi II, estudei o primário todo no Matapi...” Matapi M (2023)²⁵, localizada no perímetro rural de Porto Grande a escola até hoje ainda existe nas proximidades da Colônia do Matapi, na rua Linha H, nº 1058, essa escola atendia todos os moradores do Matapi inclusive os filhos dos japoneses, em relatos do acervo do ANIBRAP, sucinta que “...naquela época todo mundo andava descalço, sapato somente para visita, todo mundo andava descalço para ir para escola da escola... era pobre mesmo...” Matapi F (2023)²⁶ e completa dizendo “...Como não tinha merenda, antes da gente ir para escola... a gente passava por baixa de uma árvore para pegar bacuri para comer...Né, fazer a merenda da gente...” Matapi F (2023)²⁷, Depoimento este da precariedade das famílias que residiam nas colônias, tais circunstâncias como não ter calçados eram algo em comum, até mesmo a situação da merenda que os alunos tinham que colher frutas no caminho para poderem ter o que merendar durante sua estadia na escola.

Quando concluíam o primário a família organizava os gastos e poupava dinheiro para dar oportunidade de os filhos irem para a capital terminar os estudos, para garantirem uma melhor vida para todos, muitos iam para os ginásios como o Colégio Comercial do Amapá o antiga (CCA), atualmente chamado de Colégio Gabriel Almeida Café, o colégio CCA, teve sua fundação em 1949, como escola técnica formando alunos que fazem o ensino médio em áreas de atuação profissional, que no caso eram técnicos na área de contabilidade, já em outros casos no Instituto de Educação do Amapá- IETA, que formava professores e profissionais nas áreas da educação, atualmente estabelecida como Universidade Estadual do Amapá.

Da mesma forma como os amapaenses, os japoneses remanescentes que quisessem fazer o nível superior tinham que se deslocar para o estado do Pará, pois no TFAP não se tinha ainda universidades, diversos filhos de migrantes com a ajuda da família conseguiram sair das colônias e atingirem a formação profissional, que carregavam consigo toda a herança de luta e de saudades do país de origem, a preocupação dos japoneses que migraram para o Amapá, não consistiam em preservar tradições herdadas do Japão, mas em sobreviver e recomeçar, terem

²⁵ Entrevista do acervo pessoal ANIBRAP, concedida em 29 de abril de 2023, na cidade de Macapá- AP.

²⁶ Entrevista do acervo pessoal ANIBRAP, concedida em 29 de abril de 2023, na cidade de Macapá- AP.

²⁷ Entrevista do acervo pessoal ANIBRAP, concedida em 29 de abril de 2023, na cidade de Macapá- AP.

uma nova oportunidade de reconstruírem suas vidas que haviam deixados quando partiram do porto Kobe na região Osaka.

Talvez a história da Colônia do Matapi ainda tenha muita coisa para contar, como a imagem abaixo e o depoimento de Matapi C (2023)²⁸ que exprime a inocência apesar de ter vivido as mazelas que não machucam mais como o depoimento a narrado: “...Na beira da estrada tinha uma árvore, um cipó e eles brincavam dizendo “eu vou para o Japão, puxava cipó e pulava para lá, lá era o Japão!””.

Foto 07: crianças brincando, Colônia do Matapi- Década de 50.



Fonte: Acervo da ANIBRAP, 2023.

Assim se foram a infância de muitos filhos de colonos japoneses, que no caso do TFAP, se agarravam no cipó e faziam o salto como se saltassem para o Japão, ou melhor dizendo do Matapi para o Japão, era como se estivessem outra vez se despedindo do Japão em Kobe. Esse porto que por muitos anos foi um lugar de saudade, um lugar de despedidas e felicidades, os olhares de quem deixava o Japão em busca de oportunidades, com uma simples missão, serem o melhor do Japão fora do Japão. Assim como nas brincadeiras dos filhos dos japoneses na Colônia do Matapi, em que diversos momentos se esqueciam do cansaço e da miséria fazendo do TFAP seus novos lares, e nossas terras, que foram e hoje são suas terras também deixando um legado que a história do Amapá nunca deu conta de revelar.

Assim como a Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, deu seu parecer reconhecendo que por muito tempo existiu uma perseguição política

²⁸ Entrevista do acervo pessoal ANIBRAP, concedida em 29 de abril de 2023, na cidade de Macapá- AP.

extremamente repressiva, dura e sofrida contra os migrantes japoneses, familiares e por até seus descendentes durante todo o período que se estendeu os conflitos da Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, o Brasil como ato de solenidade em nome do estado pede perdão a todas as famílias, e reconhece oficialmente que houve discriminação e perseguição enfrentadas pelas populações nipônica no Brasil, incluindo o confinamento e a criação de campo de concentração na Ilha Anchieta em São Paulo, como em Tomé-Açu no Pará e a restrição de direitos, como a privação de ensino e uso da língua japonesa durante a perseguição dos Decasségus.

Enquanto ao Amapá, durante a comemoração que ocorreu no Museu Sacaca, foi nada mais que um reconhecimento prestado a aqueles que tanto contribuíram para o desenvolvimento do estado enquanto TFAP, assim como nesta pesquisa o simples fato de não dar conta de toda uma totalidade esperada acerca dos versos a aversos da construção da história dos japoneses no Amapá, esclareço que por escassez de fontes e o silenciamento dessa periodização da comunidade japonesa, acabou tornando a realização desta pesquisa algo muito importante.

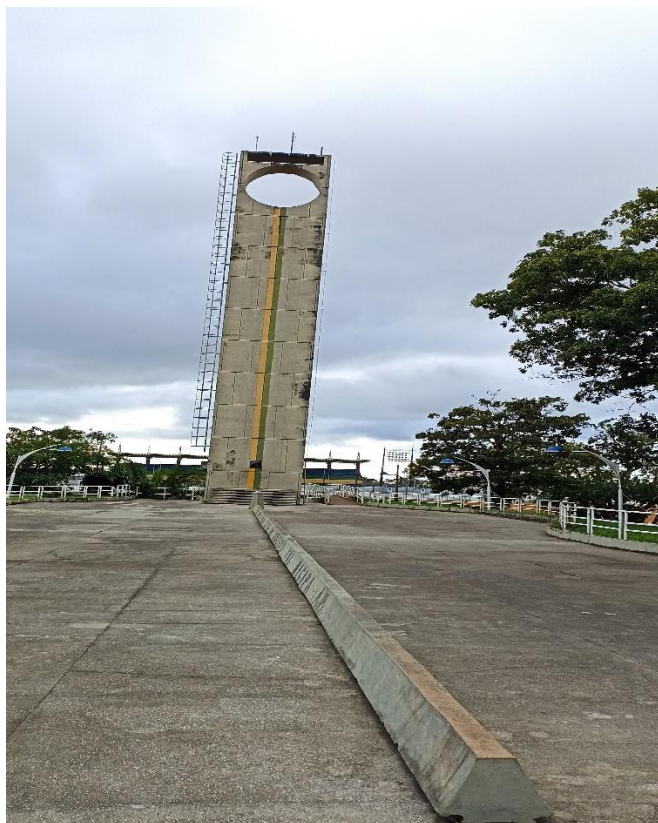
Penso que em oportunidades futuras, este trabalho possa somar para ajudar a aprimorar na construção e na história desses colonos que se aventuraram atravessando o oceano sob o céu de guerras e conflitos sem se importar com as dificuldades, mas que buscavam prosperar e voltar para o Japão, sonho que para muitos não se concretizou, mas que se seguraram no Brasil, como no caso dos migrantes do TFAP, se agarraram ao Amapá, como seu novo lar, como disse o Matapi M (2023)²⁹, e encerro com sua frase: “...Como todo japonês é fraco em português...como nos que só tínhamos uma base até o colegial, todo português era um sacrifício para o japonês...”, e completou dirigindo a palavra: “...Ninguém até hoje olhou para os imigrantes japoneses no Amapá, ninguém... a imigração japonesa no Amapá, faz parte da história do Amapá..”.

²⁹ Entrevista do acervo pessoal ANIBRAP, concedida em 29 de abril de 2023, na cidade de Macapá- AP.

Produto de Aplicabilidade - Memorial da Imigração Japonesa do Amapá.

O referido levantamento histórico foi obtido através da coleta de dados de diversas fontes com finalidade auxiliar na produção junto com a Associação Nippon Amapaense do “Memorial da Imigração Japonesa do Amapá”, que se tornará um museu construído no estado regido pela tutela do município, como marco inaugural da migração japonesa para o Amapá, ajudando a somar acerca de uma nova ótica e historicidade dentro das contribuições no âmbito da História e Ciências Sociais. Localizado na Zona Sul de Macapá, próximo de diversos pontos como o “Monumento Marco Zero³⁰” que é referência nacional, onde está localizado sobre a linha do Equador, e faz parte do cartão postal turístico da cidade e demais praças adjacentes, a Praça do Equinócio ou “Praça Equinócio”, conforme apresentada na figura e fotos destacadas abaixo:

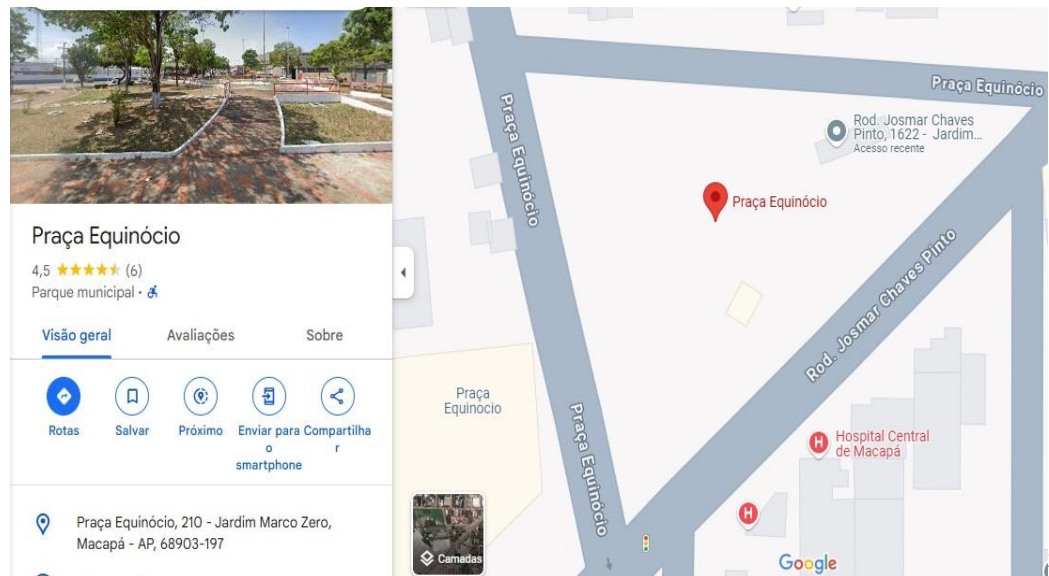
Foto 08: Monumento Marco zero- Macapá-AP.



Fontes: Feitosa, J.W.S. Arquivo pessoal, 2023.

³⁰ O Monumento Marco Zero do Equador, que foi fundado em 1987, se destaca por sua imponência como ponto turístico da capital amapaense. Sua configuração estrutural tem como base um obelisco de 30 metros de altura, que marca o recorte da linha imaginária do Equador, dividindo os hemisférios Norte e Sul. É possível apreciar o movimento do Equinócio, fenômeno que alinha os dias e as noites, fazendo com que ambos tenham a mesma duração fato este que só ocorre duas vezes ao ano, no mês de março onde tem nome chamado de “Equinócio da Primavera”, e posteriormente em setembro, conhecido como “Equinócio de Outono”.

Figura 12: Praça Equinócio- Macapá-AP.



31

Fonte: Google Maps.

Foto 09: Associação Nipo-Brasileira recebendo a Praça Equinócio pela Prefeitura de Macapá.



32

Fonte: Diariodoamapa, 2021.

³¹ Figura do Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/>>. Acesso em: 03 jun, 2025.

³² Foto Diariodoamapa Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/praca-do-equinocio-e-o-primeiro-espaco-publico-adotado-pelo-programa-vem-pra-praca/>>. Acesso em: 03 jun, 2025.

Como podemos observar, este será um dos mais novos pontos turísticos e históricos do Amapá, logo é possível observar na figura 12 acima, sua localização e dimensão que compreende uma área total de aproximadamente: 5.088,96 m², entre a Rua; Dr. Walter da Silva Pacheco, Av. Irineu Lima de Souza e Rod. J.K, principal via de circulação e ligação da cidade e entre municípios vizinhos. Enquanto na Foto 09, temos o registro da entrega do espaço pela Prefeitura de Macapá à Associação Nippo Japonesa- AP e seus representantes, A Praça Equinócio, faz parte do *Programa Vem Pra Praça*, criado pela Prefeitura de Macapá, instituído pela Lei Municipal nº 2.479/2021, tem como objetivo buscar parcerias a partir do poder público a da sociedade civil, garantindo o cuidado desses espaços públicos.

O planejamento inicial conta com a revitalização do espaço para assim receber a arborização de novas plantas, e em discursão com a ANIBRAP, foi ajuizado a intenção de criar um espaço não somente sensorial com características orientais e paisagismo, mas também de um ponto dentro da praça como uma residência ou um espaço físico coberto, que possa ser construído nos moldes arquitetônicos da cultura japonesa, para que possa abrigar a exposição de conteúdo que traga historicidade e parte da memória local dos imigrantes japoneses e Nippon, que ficaram e fixaram famílias na construção da identidade local.

Como ainda estamos trabalhando para a construção desse Memorial, que vai ter como contrapartida a Prefeitura do Estado do Amapá, estamos fazendo os preparativos para os outros campos além do físico, visto que esse já se encontra em posse da ANIBRAP, Assim utilizando o conceito de transferência de conhecimento, isso inclui diversos meios de suporte como a Coleta de Informações; que tange a organização de material coletado de dados importantes e informacionais para o direcionamento do produto exposto “sobre a memória das famílias que residiram inicialmente em colônias no estado do Amapá”, como fotos, cópias de registros de jornais, tabloides e gravações, como o documentário que se encontra em produção pela Associação, como forma de registro dessa resistência que por muito tempo se encontrou silenciada na história do Amapá.

Também devemos considerar o público; sendo esse fundamental visto que as informações coletadas serão compartilhadas a eles na melhor maneira possível, sendo esse um formato físico e digital de fácil compreensão, visto que estamos trabalhando em agendas futuras com intuito de fazer a promoção de eventos que aproximem a população local com a ANIBRAP com exposições de gastronomia cultural japonesa, exposição de peças e artigos culturais advindos da identidade japonesa, oficinas culturais em datas comemorativas do calendário japonês, com intuito tanto de disseminar a historicidade, identidade e cultura do povo Nippon quando de angariar fomentos para ajudar na manutenção do espaço e da praça.

Enquanto na Organização informacionais; compreende a ordenação das informações para facilitar o acesso, tornando-os úteis a diversas pessoas, temos também a Distribuição da informação, pois a informação não pode ser passada de qualquer jeito, para isso deve se preparar apresentações visuais que expliquem pontos chaves do conteúdo abordado, mentorias, oficinas, dentre outros, até mesmo para a divulgação de eventos futuros com apoio de social media.

Contudo, a utilização de novas tecnologias informacionais, nos permitem ajudar o usuário na compreensão de todo material que está sendo produzido, e para isso, já existe uma equipe que conta com jornalista, fotógrafo, diretores administrativos, secretário de comunicação social, diretoria de relações públicas, conselho fiscal e coordenadores da comissão memorial cargo a qual faço parte como historiador.

Considerações Finais.

Este trabalho se articula através das diversas questões levantadas e suas pertinências ao longo das seções discutidas, embora os objetivos discutidos mostrem como consequentemente a inserção dos migrantes japoneses na Amazônia partia de um planejamento do Governo para a povoação dessa região, acerca da criação dos Territórios Federais, ela dá conta de explicar também como foram organizadas essas famílias em seus núcleos sitiados em diversas colônias ao longo do século XX, onde vimos que para além das diversas regiões do Brasil, o norte do país foi palco da colonização que muito contribuiu para o desenvolvimento dos estados sitiados.

As demais experiências enfrentadas por estes migrantes japoneses serve de ponto de partida em detrimento dos interesses nacionais, os recém colonos que por muitos anos desde 1908, já residem no Brasil, promoveram a inserção de diversas famílias migrantes. Sejam por momentos na região sudeste do Brasil com a colheita do café em fazendas paulistanas, sejam no centro oeste, nas atividades na estrada de ferro no Mato Grosso do Sul, ou no Paraná com a atividade na produção da matéria prima do bicho da seda e o algodão no Sul do país, e norte do Brasil com a exploração da borracha, hortaliças e pimenta do reino. Por esses desbravadores, devemos de fato destacar sua importância e contribuições para a construção histórica, é inegável a participação dos migrantes em todos os períodos da formação dos estados brasileiros, que se faz desde os períodos coloniais, enquanto os japoneses iniciam sua participação a partir do século XX.

Tomados pela esperança de constituírem fortunas e melhores condições de vida, para assim contribuírem com seu país de origem, sendo o interesse futuro de retornar ao Japão, acabaram por muitos encontrando no Brasil, um novo recomeço, mesmo tendo que enfrentar diversas dificuldades de adaptação, quanto a grande exploração da força de trabalho, vimos que a comunicação era um problema comum em todos os lugares do país. Isso gerava diversos desconfortos uma vez que não se tinha intérprete em todos os lugares, alguns casos os que falavam pouco o português eram os que faziam parte dos agenciadores que tinham como missão fazer o recrutamento destes colonos com interesses de migrarem para fora do Japão.

Somente décadas depois da primeira leva, quando os colonos já estão mais familiarizados, com os costumes locais e adimplentes como suas concepções, que eles começam a se organizarem financeiramente montando seus próprios núcleos, nas regiões centrais do Brasil. Enquanto isso a partir da década de 1920, temos os movimentos dessas populações japonesas direcionados para o Norte.

Como destaque, a participação de alguns autores, que embora vejamos a atuação econômica e administrativa de se criar núcleos coloniais de autossustento que garantissem o desenvolvimento permanente local. Suas pesquisas vislumbram outros objetos que atestam sua veracidade prática, enquanto a partir dessas fontes busco esclarecer que as povoações existentes independentemente do objeto apontado por seus autores, designam papéis importantes, de tais condicionantes. O documento em si sofre mutualidade, pois o sentido dado a ele designa as ações que podem ser contestadas ou afirmadas, para das entrelinhas todo fato construído historicamente está sujeito a mudanças, apesar que no presente este tenha significado como um documento suscetível a interpretações.

Pontuando essas formas de interpretar as fontes, foi possível ignorar a ausência de documentações que exploram toda a periodização dos migrantes japoneses no TFAP, lançando as invertidas em diversas pesquisas que tratassem da migração japonesa na Amazônia, que acabou me possibilitando entender suas dinâmicas e os interesses elencados pelo estado da permanência dessas populações nessas colônias de povoamento, mas que se mantinha com características exploratórias para atender por muitas vezes os interesses nacionais e locais.

No entanto, por se pensar que somente o documento escrito seria fonte, surge a história oral existe para quebrar esse tabu, sendo também outra condicionante que alinhou e fomentou a possibilidade de execução da pesquisa, de um conjunto de procedimentos, que envolve métodos alinhados a planejamentos para a análise das entrevistadas, que nada mais são a documentação de um registro ou como prefiro dizer o registro da documentação oral. E foi desse registro documentados usando da oralidade, que pude aprofundar a construção do trabalho apresentado, que com a ajuda da ANIBRAP, abraçando a pesquisa com vias de finalidade mútuas cedeu acesso ao produto derivado da linguagem verbal, este sendo o registro documental da oralidade, quando salvo por gravação se torna fonte oral, pontuando que a história oral é construída por esse conjunto de fontes orais que são as “entrevistas” como foi atribuído na pesquisa acima supracitado.

Do ponto de vista pessoal, este produto representa uma experiência das dificuldades enfrentadas com inúmeros sobressalto e desafios, conforme já destaquei anteriormente onde para muitos ir para o Brasil se tornou algo irreversível, enfrentado as diversas formas de mobilidade seja ela interna, reemigração, deslocamento para assim encontrarem formas favoráveis de permanecerem vivos. Parece ser duro tais falas, mas se pensarmos como se fez tais fixações dessas famílias migrantes, na imensa área da região Amazônica.

Apesar de a construção cultural do estado do Amapá ser omissa diante desse apagamento da migração japonesa, não podemos deixar de observar que o TFAP um significativo

movimento de imigrantes japoneses que foram as colônias direcionadas de Mazagão, Fazendinha e Matapi, que estavam sitiados nas proximidades de Macapá, que trata do movimento de migração dirigida, dentro do Norte do Brasil no período pós-guerra. Sendo os anos de 1953, 1954 e 1957, momentos em que desembarcam os três contingentes que permaneceram e com famílias na região do Amapá. Promovendo o crescimento local e levando o desenvolvimento da agricultura. Embora a dificuldade tenha levado após anos a deixarem as colônias do TFAP, em busca de melhorias em estados vizinhos ou até mesmo retornando para o Japão como o caso de alguns, ainda residem no Amapá inúmeros nikkeis e nipos, que deram frutos a nisseis e sanseis, uma geração que descende dos primeiros migrantes do estado e que permaneceram aqui e hoje como destaque fazem parte dessa pesquisa que reúne elementos suficientes para contar suas histórias, não a história particular, pessoal de vida, mas a história que reúne diversos fragmentos coletados que precisa ser explorada, para dar voz aos colonos que tanto fizeram pelo estado.

Bibliografia.

- ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BARROS, José D'Assunção. **História Serial, História Quantitativa e História Demográfica: uma breve reflexão crítica**. Revista de C. Humanas, vol. 11, n. 1, jan./jun. 2011, pp. 163-172.
- BRASIL. **Documentos do Arquivo Nacional ajudam a contar a história da imigração japonesa**. Arquivo Nacional. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/copy_of_documentos-do-arquivonacional-ajudam-a-contar-a-historia-da-imigracao-japonesa> Acesso em 03 out. 2024.
- DEZEM, Rogério Akiti. **Material de apoio do Curso de História da Imigração Japonesa no Brasil I: Curso: Breve História da Imigração Japonesa no Brasil I (1908-1941)**. Universidade de Osaka, campus Minoo Semba, 2021.
- DEZEM, Rogério. **Matizes do Amarelo: A Gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1879-1908)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- DIAS, Ana Olga da Silva. **A organização da educação no território federal do Amapá: do "ideal" ao real, do liberal ao conservador (1943-1958)**. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014
- FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- FURET, François. **O quantitativo em história**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 49-63.
- Joseph, H., & Neiburg, F. (2020). **A (i)mobilidade e a pandemia nas paisagens haitianas**. Horizontes Antropológicos, 26(58), 463–479. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-71832020000300015>> Acessado em: 08 ago. 2025.
- HANDA, Francisco. **História do Japão**. In: SATO, Francisco Noriyuki, et al: **História do Japão em Mangá**. São Paulo, Associação Cultural e Esportiva Saúde, 1995. Disponível em: <<http://www.culturajaponesa.com.br/htm/historiadojapao.html>> Acessado em: 20 nov. 2024
- HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, T. A. QUEIROZ, EDITOR, LTDA, 1987
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental: Fiepa, 2007. 217p. Disponível em: <<http://www.cpatu.embrapa.br/noticias/2008/embrapa-e-fiepa-lancam-livro-sobre-a-imigracao-japonesa-na-amazonia>>. Acesso em 03 out. 2023.

- ISHIZU, Tatsuo. **Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre – 1926-1962**. Belém. UFPA, 2007.
- KISHIMOTO, A.; HIKIJI, R. S. G. **Nikkeis no Brasil, dekasseeus no Japão: identidade e memória em filmes sobre migrações**. Revista USP, São Paulo, n. 79, p. 144-164, setembro/novembro 2008.
- LOBATO, Sidney. **“Os descaminhos da fortuna: a política de colonização no Amapá (1940-1958). Do lado de cá: Fragmentos de História do Amapá**. Belém: Editora Açai, 2011.
- Manual de normas ABNT- **para elaboração e formatação de trabalhos de conclusão de curso**. Universidade Vila Velha, Biblioteca Central - Vila Velha: UVV, 2024.
- Manual para elaboração de trabalho acadêmico- **citações e referências em padrão ABNT**. PUCS, São Paulo, Biblioteca Central- SP: PCUS, 2025.
- MARTINELLO, A.S.; CARVALHO, E.B. de. **Japoneses em Santa Catarina: etnicidade e modernização agrícola**. In: M.L.T. CARNEIRO; M.Y. TAKEUCHI (orgs.), **Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória**. São Paulo, EDUSP, 2010, p. 97-121
- MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe B; HOLANDA, F. **História oral: com o fazer, com o pensar**. 2. ed., 4 a reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.
- Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, **Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social - Bunkyo**, Rua São Joaquim, 381 – Liberdade – São Paulo – SP, Disponível em: <<https://bunkyo.org.br/br/museu-historico/>> Acesso em 03 out. 2024.
- MUTO, Reiko. **O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)**. Belém, 2010.
- OCADA, F. K. **Uma reconstrução da memória da imigração japonesa no brasil**. Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 1, n. 49, 2009.
- PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: contexto, 2009.
- RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- SÁ, M.E.B. **A imigração japonesa à luz da Teoria das Relações Internacionais**. Manaus: EDUA, 2010

- SAITO, Hiroshi. **O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961.
- SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **“A criação do Território do Amapá, instalação do governo e a dinamização econômica”**. **História do Amapá: da autonomia Territorial ao fim do Janarismo**. Belém: Grafinorte Ind. e Comércio, 2006, pp. 19-78.
- SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá**. 6 ed. Valcan. Macapa, 2001. 3
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SERPA JR., Octavio Domont de. **O degenerado. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez. 2010, p.447-473.
- SILVA, C. T. B. ; FEITOSA, J. W. S. . **O Morrer na Amazônia do século XX: As condições de vida no Rio Maracá (1929-1940)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)- Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.
- SILVA, Maura Leal. **“Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional”**. **Do lado de cá: Fragmentos de História do Amapá**. Belém: Editora Açai, 2011.
- Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) (2022). **«Tabela 9923 - População residente, por situação do domicílio - Distrito»**. Consultado em 13 de junho de 2025. Cópia arquivada em 13 de junho de 2025
- TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2008.
- TEXEIRA, Romeu do Nascimento. **O sol nascente na Amazônia**. São Paulo: Alumínio Brasileiro, 1997.
- VIDAL, Laurent. **Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 294p.
- YOSHIOKA, R. **Por que migramos do e para o Japão**. São Paulo: Massao Ohno, 1995.